

EUCLIDES MANCE

Economia de libertação

LIVRO 1

Introdução geral

AVISO

**Esta amostra é uma versão preliminar e
está sujeita a alterações na forma e no conteúdo.**



Conhecer

© 2023 Euclides André Mance
Publicado em 2023 / Impresso no Brasil

Conselho Editorial

Diego José Baccin
Jacopo Paffarini
Jandir Pauli
Jean Von Hohendorff
Marisa Basegio Carreta Diniz
Nadiane Feldkercher
Paulo César Carbonari
Valdevir Both
Volmir José Brutscher

Edição: EAB Editora
Capa e projeto gráfico: Diego Ecker
Diagramação e normalização: Diego Ecker e Wanduir R. Sausen
Revisão: Araceli Pimentel Godinho

Direitos desta edição reservados à
Editora Acadêmica do Brasil Editoração e Diagramação LTDA - EAB Editora
Rua Senador Pinheiro, 350 – Sala 01 – Bairro Vila Rodrigues
99070-220 – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil
www.eabeditora.com.br – contato@eabeditora.com.br

Sumário

Apresentação da Obra

Introdução

1. Economia de Libertação

- 1.1. Práxis de Libertação Econômica
- 1.2. Economia de Libertação como Ciência
 - 1.2.1. Objeto da Economia de Libertação
 - 1.2.2. Método da Economia de Libertação
 - 1.2.3. Aspecto Gnosiológico
 - 1.2.4. Aspecto Epistemológico
 - 1.2.5. Aspecto Ontológico
 - 1.2.6. Aspecto Lógico
 - 1.2.7. Aspecto Semiótico
 - 1.2.7.1. A Semiose do Valor
 - 1.2.8. Aspecto Histórico
 - 1.2.9. Aspecto Estratégico
 - 1.2.9.1. Formação Social
 - 1.2.9.2. Modo de Produção – Trabalho Colaborativo, Propriedade Social e Autogestão
 - 1.2.9.3. Modo de Apropriação – Pessoal, Associativo e Público
 - 1.2.9.4. Modo de Obtenção – Dádiva, Troca e Compra
 - 1.2.9.5. Modo de Uso – Investimento e Consumo Final
 - 1.2.9.6. Sistema de Intercâmbio – Circulação de Valores de Uso e de Signos de Valor
 - 1.2.9.7. Sistema de Crédito – Emissão, Gestão e Eliminação de Signos de Valor
 - 1.2.9.8. Libertação das Forças de Produção, de Intercâmbio e de Crédito
 - 1.2.10. Aspecto Ecológico
 - 1.2.11. Aspecto Ético
 - 1.2.11.1. Afirmção, Negação e Limitação Históricas do Bem-Viver
- 1.3. Produção, Acumulação e Distribuição de Excedentes
- 1.4. Fontes Teóricas da Economia de Libertação

2. Da Economia do Capital à Economia de Libertação

2.1. Precedentes Históricos

2.1.1. Economia Política

2.1.2. A Economia Social em Países Socialistas

2.1.2.1. Comunismo Vulgar

2.1.2.2. Comunismo Científico

2.1.2.3. Economia Social e Socialista

2.1.2.4. A Crise das Economias Socialistas

2.1.3. Economia Social, Popular e Solidária em Países Capitalistas

2.1.4. Emergência e Desenvolvimento da Economia Solidária

2.1.4.1. Economia Solidária de Sobrevivência

2.1.4.2. Economia Solidária de Resistência

2.1.4.3. Economia Solidária de Libertação

2.2. Circuitos Econômicos Capitalistas e Circuitos Econômicos Solidários

2.2.1. Determinação e Indeterminação do Valor

2.2.1.1. Formalização do Circuito Econômico do Capital

2.2.1.2. Formalização do Circuito Econômico Solidário

2.2.1.3. Interseção Formal dos Circuitos Econômicos Capitalista e Solidário

2.2.2. A Realidade do Processo do Capital como Um Todo.

2.2.2.1. Reprodução Endógena do Valor e sua Alimentação Exógena

2.2.3. A Realidade do Processo do Valor Solidário como Um Todo

2.2.3.1. Reprodução Endógena do Valor e sua Alimentação Exógena

2.2.4. Interseção Real de Fluxos Econômicos entre Circuitos Capitalistas e Solidários

2.2.4.1. Exploração Direta e Indireta do Trabalho nos Circuitos Econômicos do Capital

2.2.4.2. Capitalismo de Plataforma e Desenvolvimento das Forças de Intercâmbio e de Crédito

2.2.4.3. Libertação Econômica nos Circuitos Econômicos Solidários

2.2.5. Circuitos Econômicos Solidários em Redes Colaborativas Locais e Globais

2.3. Libertação de Forças Produtivas e Relações Sociais de Produção

2.4. Libertação das Forças de Intercâmbio e Circulação do Valor Econômico

2.4.1. Apropriação e Liberação de Meios de Intercâmbio

2.4.2. Plataformas Colaborativas para Integração de Circuitos Econômicos Solidários

2.5. Libertação do Crédito e Autogestão Social dos Signos de Valor

2.5.1. Intercâmbios Monetários e Moedas Sociais

2.5.2. Intercâmbios Monetários e Créditos Solidários

2.6. Libertação Econômica das Comunidades Humanas

2.6.1. Comunidades Humanas e Relações de Poder

2.6.2. Comunhão, Comunismo e Libertação Econômica.

2.6.3. A Impossibilidade da Autolibertação Individual

2.6.4. A Aporia da Libertação da Sociedade em seu Conjunto

2.6.5. A Libertação Econômica das Comunidades Humanas

2.7. Conhecimento e Poder Social na Transformação do Sistema Econômico

3. Modelagem da Reprodução e da Progressão do Valor Econômico

3.1. Função Matemática da Reprodução do Valor

3.2. Função Matemática da Progressão das Forças de Produção, Intercâmbio e Crédito

3.3. Destinação dos Excedentes

3.4. Fatores da Reprodução do Valor

3.5. Progressão Geométrica do Valor nos Ciclos de sua Reprodução Ampliada

3.6. Sustentabilidade Ecológica dos Ciclos Produtivos

4. Subordinação de Forças Produtivas e Destrutivas à Reprodução Ampliada do Capital

5. Libertação das Forças de Produção, Intercâmbio e Crédito de sua Subordinação ao Capital

5.1. Signos de Valor nos Circuitos Econômicos Solidários

5.2. Dídivas e Trocas na Libertação das Forças Produtivas e de Intercâmbio

6. Desenvolvimento Socioeconômico Nacional

6.1. Consumo Familiar e Modos de Produção e de Apropriação Econômica

6.2. Libertação das Forças de Produção, de Intercâmbio e de Crédito no Brasil

6.3. Desenvolvimento Sustentável e Consumo das Famílias

7. Ações do Capital ante o Crescimento da Economia Solidária

7.1. Captura Econômica

7.2. Captura Política

7.3. Captura Ideológica

7.4. Enfrentamento Econômico, Político, Ideológico e Militar

8. Ações de Libertação Econômica Ante o Recrudescimento do Capital

9. Economia de Libertação e Sociedades Pós-Capitalistas

Conclusões

Referências Bibliográficas e Fontes de Remissões

Anexo A - Licença Copysol

Apresentação da Obra

Antes de apresentar os sete volumes que compõem esta obra, convém formular sinteticamente um argumento inicial que permita situar a *oikos* humana como parte da *oikos* natural da vida, a relação que nela se estabelece entre liberdade e libertação e o modo como, exercendo a sua liberdade, os seres humanos organizam, de maneira libertadora ou opressiva, fluxos materiais, de poder e de conhecimento, sob diferentes laços e anéis que resultam em diferentes modos de obter, apropriar, produzir, intercambiar, usar e creditar os meios requeridos à preservação e expansão das liberdades, dando origem a distintas formações sociais.

A *oikos* (οἶκος) das comunidades humanas e sua relação com a *oikos* (οἶκος) natural da vida

Todo ser humano nasce *livre* por natureza (*φύσις*). Mas, igualmente, por sua própria natureza, um ser humano que acaba de nascer, deixado à própria sorte, morreria em poucas horas. Para sobreviver, preservar a sua liberdade e desenvolver-se como ser humano, ele necessita da presença e participação de outros seres humanos em sua vida, necessita de uma *comunidade humana* (*ανθρώπινη κοινότητα*).

Esse fato, racionalmente incontestável, nos revela que os seres humanos, por sua própria natureza, são seres *livres e comunais*. É no mútuo intercâmbio entre indivíduo e coletividade, pelo encontro de suas capacidades e necessidades, no exercício de suas liberdades, que o indivíduo se torna *pessoa*. E foi graças a esse mesmo intercâmbio, mediado com os produtos de sua atividade em estágios progressivos de desenvolvimento, que as coletividades, preexistentes na linhagem

evolutiva da nossa espécie, deram origem, ao longo do tempo, às *comunidades humanas*.

A razão dessa interdependência entre liberdade e comunidade é simples de entender. Pois, embora os seres humanos nasçam livres por natureza, eles necessitam se libertar a cada instante, ao longo de toda a sua vida, da insatisfação de suas necessidades, da privação dos meios que lhes faltam para preservar, realizar ou expandir as suas próprias liberdades. E o único modo que eles têm de preservar e expandir o exercício real da sua liberdade é no intercâmbio com outros seres humanos.

O choro da criança recém-nascida, que reclama a presença de outro ser humano em sua vida como condição necessária do seu viver, é o exercício competente de um mecanismo comunicativo natural de sobrevivência da nossa espécie. Mas tal mecanismo de nada serviria se, por natureza, os seres humanos não fossem seres *comunais*, predispostos a atender ao recém-nascido em todas as suas necessidades para assegurar a sua sobrevivência. Esse choro é, igualmente, expressão do primeiro aprendizado tácito de nossa existência humana, individual, em relação à comunidade humana da qual participamos: eu não posso viver a vida de outros seres humanos; eu não posso satisfazer as minhas *necessidades humanas*, para sustentar e expandir a minha *liberdade*, sem o concurso de outras pessoas, sem valer-me de meios gerados pelas *capacidades* de outros seres humanos; eu somente posso viver humanamente, preservar e desenvolver a minha liberdade, convivendo com outros seres humanos, no encontro de nossas *necessidades* e *capacidades* no seio de *comunidades humanas*. Assim, somos seres que, por nossa *natureza comunal*, dependemos uns dos outros para assegurar, em conjunto, a *liberdade individual* de cada qual e as *liberdades coletivas* de todos.

Essa *dependência* do indivíduo para com a comunidade é inerente à própria condição humana, em todas as etapas de sua existência. Mesmo em sua vida adulta, um ser humano, deixado à própria sorte, sem poder valer-se de nenhum recurso gerado por outras pessoas – inclusive do conhecimento anteriormente obtido pelo intercâmbio comunicativo com elas –, não seria capaz de sobreviver por muito tempo.

Esse encontro de necessidades e capacidades humanas, no fluxo permanente de afetos, de meios materiais, de conhecimentos e de poderes no seio das comunidades humanas em seu devir, cria laços fortes entre seus membros, que possibilitam proteger e sustentar a vida e a liberdade deles mesmos. Tais laços estabelecem um modo de interação da pessoa para com a comunidade e da comunidade para

com a pessoa. Por meio deles, as *capacidades humanas* são desenvolvidas no atendimento das necessidades humanas, criando e aperfeiçoando os *meios de intercâmbio, de consumo e de produção* requeridos para tanto. E, igualmente, são desenvolvidas as *necessidades humanas* com o emprego desses meios de intercâmbio, de produção e de consumo, segundo o estágio alcançado de desenvolvimento das capacidades humanas na sustentação das próprias liberdades individuais e coletivas, em *permanente retroação*, mediadas pela criação, desenvolvimento, obtenção, apropriação e uso desses meios.

Surge assim, no próprio desenvolvimento originário da espécie humana, um conjunto de laços fortes como liames permanentes de convivência (*oikía*), de proteção e sustentação da vida e da liberdade nessas comunidades humanas, que compartilham, num espaço comum (*oíkoç*), os meios necessários à sua realização.

A *oikía* corresponde, desse modo, à *forma social* básica de organização das relações dos seres humanos entre si, decorrente de sua natureza comunal, com a finalidade de sustentar, proteger e melhor desenvolver a sua vida e a sua liberdade. E a *oikos*, por sua vez, ao espaço de convivência humana, no qual o permanente encontro das necessidades e capacidades dos membros da comunidade os leva a gerarem e compartilharem os *valores de uso* requeridos à contínua *libertação da insatisfação de suas necessidades*, ou, dito de outro modo, requeridos à contínua *libertação da privação dos meios de satisfação de suas necessidades*.

Sob essa *forma social* de organizar os fluxos materiais, de poder e de conhecimento no seio das comunidades humanas, quanto mais estas comunidades, como um todo, satisfazem as suas necessidades, suprimindo a privação do que lhes seja necessário para realizar seu bem-viver com o desenvolvimento de suas capacidades singulares e coletivas – expandindo e qualificando os fluxos materiais, de poder e de conhecimento requeridos à satisfação dessas necessidades em constante evolução –, mais as liberdades públicas e pessoais de todos tendem a nelas prosperar.

Contudo, essa *oikos*, humanamente organizada, que possibilita proteger e expandir as liberdades de todos pela satisfação de suas necessidades no exercício de suas capacidades, seria completamente extinta se fossem interrompidos os fluxos naturais dos ecossistemas, requeridos à manutenção da vida de seus membros – entre os quais, por exemplo, o fluxo de oxigênio necessário à sua respiração. E como o oxigênio que respiramos e tantos outros elementos requeridos à preservação de nossa existência resultam do metabolismo de outros seres vivos, a *oikos*, humanamente organizada, está necessariamente integrada à *oikos* maior

da própria teia da vida, em fluxos, laços e anéis, interconectados em seu devir, que a tornam possível.

Esse é o segundo aprendizado tácito dos seres humanos, referente ao acoplamento estrutural das comunidades humanas aos ecossistemas na realização de sua liberdade: a espécie humana não pode viver a vida de outras espécies de seres vivos; a espécie humana não pode viver sem a existência de outras espécies de seres vivos; a espécie humana somente pode sobreviver e expandir sua liberdade convivendo da melhor forma possível com todas as outras espécies de seres vivos.

Assim, quanto mais protegidas estiverem a biodiversidade dos ecossistemas em seu próprio dinamismo e a própria vida dos seres humanos em relação a ela, mais a liberdade da espécie humana estará protegida em seu conjunto e maiores possibilidades possui a espécie humana de desenvolver a sua própria liberdade em relação a essas espécies. Por outra parte, quanto mais degradados estiverem os ecossistemas e mais espécies de seres vivos forem extintas, menor será a possibilidade de sustentação e de expansão do exercício da própria liberdade humana, no presente e no futuro, em sua possibilidade de interação com as inúmeras espécies de seres vivos que vão sendo extintas.

Por isso, é necessário conhecer a *oikos* em seus fluxos, laços e anéis e o modo como os seres humanos agem em relação a ela, para encontrar as melhores formas de assegurar e expandir a liberdade humana no trato cuidadoso da relação dos seres humanos entre si e da espécie humana para com as outras espécies de seres vivos. Assim, a *ecologia* e a *economia*, sob aspectos diversos, dizem respeito à mesma *oikos* a ser protegida, cuidada e preservada, para garantir sustentavelmente a realização, sempre mais ampliada e qualificada, das liberdades pessoais e públicas, tanto das gerações presentes quanto das gerações futuras.

Mas, se a *economia*, como *prática humana*, continuar a destruir a *oikos* natural e humana que deveria proteger, rompendo os laços e anéis naturais e sociais, necessários à sustentação e expansão das liberdades dos seres humanos, necessários à preservação do equilíbrio dos ecossistemas e da vida em nosso planeta, o resultado dessa conduta será a ampla aniquilação das liberdades humanas, o desequilíbrio completo dos ecossistemas, a extinção de incontáveis espécies de seres vivos e, por fim, até mesmo a isso se poderia chegar: a eliminação progressiva de alguma das condições naturais necessárias à própria continuidade da vida humana em nosso planeta.

Economia de Dominação e Economia de Libertação – Fluxos de Matéria, Conhecimento e Poder

Em resumo, ao cooperar, voluntariamente ou sob coerção, os seres humanos criam os meios exigidos ao atendimento de suas necessidades: *meios simbólicos* de intercâmbio de conhecimento, como as linguagens; *meios materiais* de intercâmbio econômico, como bens de produção e de consumo; *meios organizacionais* para o exercício de seus poderes, como as funções sociais e funções políticas. Suas necessidades, capacidades, intercâmbios e relações políticas e sociais condicionam o desenvolvimento e realização prática das liberdades nas comunidades humanas, com a retroação permanente de fluxos materiais, de conhecimento e de poder, dando origem a formações sociais que organizam tais fluxos em circuitos e redes. Assim, os laços ou liames de convivência humana, de proteção e de sustentação da vida e da liberdade nas comunidades humanas, ficam subordinados a formas particulares de organização do poder econômico, cultural, político e social em diferentes modos.

Em razão disso, a *oikos* humana pode se realizar de maneira libertadora ou opressiva, a depender de como os meios requeridos à realização do bem-viver de todos são produzidos, distribuídos e apropriados sob diferentes modos de produção, sistemas de intercâmbio e formações sociais, resultantes da retroalimentação dos fluxos materiais, de poder e de conhecimento que permeiam as comunidades humanas. Pois, qualquer processo de dominação ou de libertação exige fluxos de matérias, de poderes e de conhecimentos para a sua concreção, que estão interconectados em laços de retroação, em dinâmicas de autorreforço e de autoequilibração.

Qualquer *matéria* se converte em elemento de *poder* quando é usada como meio na realização de algum *propósito*. Isso requer, necessariamente, um *conhecimento* válido (*επιστήμη*) de propriedades regulares dessa matéria; um *conhecimento* das técnicas (*τέχνη*) de como ativá-las e servir-se delas; e a definição de *finalidades* (*τέλος*) alcançáveis com a sua aplicação. Requer, igualmente, a *ação prática* de seu uso ou transformação com o emprego de tais conhecimentos para a realização de tais finalidades. Pois, o poder somente se efetiva, em sua capacidade de transformação da realidade, quando é exercido como práxis (*πράξις*). Há, pois, uma intrínseca relação entre *matéria* e *conhecimento* no exercício do poder humano, tanto na práxis individual quanto coletiva.

Se na natureza (φύσις) operam *forças* (δύναμις) em constante fluxo, é a retroação entre estas, segundo regularidades (λόγος), o que possibilita a existência de um cosmos (κόσμος) como *universo*, em que a regularidade da matéria em movimento e o acaso dos possíveis podem ser explorados para expandir a liberdade humana, dando origem a diferentes mundos possíveis, segundo as diferentes culturas e modos de existência humana. Pois é pelo emprego dessas forças, no exercício da liberdade como práxis, de forma opressiva ou solidária, que elas se as convertem em meios do *poder habilidoso humano* (ισχύς) e do *poder social* (εξουσία). Tais poderes se retroalimentam em distintas relações no exercício da práxis humana, como poder econômico, político, social e cultural – entre outras determinações possíveis de sua efetivação –, engendrando, com a cooperação social, seja esta voluntária ou imposta, os próprios meios de sua realização ampliada, nos ciclos de seu próprio desenvolvimento.

Assim, pela práxis, aplicando o conhecimento à transformação da matéria natural ou das relações entre os seres humanos, são gerados os *meios requeridos* à expansão das liberdades, com o exercício do poder individual e coletivo. Entre os meios socialmente produzidos, para a potencialização desses três fluxos, estão os *símbolos* como valores de uso requeridos à comunicação do conhecimento, modelados sob regras articuladoras, segundo as diferentes linguagens desenvolvidas no seio das diferentes comunidades; os *bens e serviços*, requeridos à reprodução da vida humana, cujas regras de produção, circulação, obtenção, apropriação e uso articulam-se sob diferentes economias; e as *instituições sociais*, requeridas à organização dos poderes humanos, com regras articuladoras de caráter político ou social nos planos moral, ético ou legal, peculiares à formação social.

Não basta, pois, estabelecer a *libertação* como *finalidade* da economia para que esta se torne libertadora. Primeiro, porque, a identidade libertadora da ação se revela não apenas nos *fins* da práxis, mas igualmente nos *meios* e nos *modos* empregados para obtê-los, devendo tais fins, meios e modos estarem subordinados ao crivo da ética, julgados em sua qualidade de expandir as liberdades públicas e privadas para o *bem-viver* das pessoas e dos povos, das gerações presentes e futuras. E, igualmente, porque, o *conhecimento* dos fluxos materiais da economia e de como deles se servir para diferentes propósitos bem como o modo de exercer o *poder* individual, associativo e público sobre tais meios, são condições requeridas para que a economia se realize de maneira libertadora, como resultado da práxis social de libertação.

Trata-se, pois, de compreender como os meios econômicos são produzidos, circulam, são obtidos, apropriados, usados, aplicados e consumidos, e como tais fluxos podem ser ética e socialmente reorganizados para realizar a libertação das forças de produção, de intercâmbio e de crédito e, com o seu concurso, a libertação econômica das comunidades humanas.

O Conjunto da Obra

Dada a extensão do tema, esta obra sobre economia de libertação, da qual o presente volume é apenas uma introdução geral, foi dividida em sete livros.

Neste primeiro, *Introdução Geral à Economia da Libertação*, veremos – de forma resumida e propedêutica – os elementos centrais na caracterização dessa economia, possibilitando uma aproximação inicial ao tema. Os conteúdos trabalhados nesse primeiro livro serão retomados e desdobrados ao longo da obra, como, por exemplo, nos *Livros 5 e 6*, onde a economia de libertação é posicionada ante a economia política, a economia social e a economia solidária e outras abordagens anteriores. Em particular, essa introdução prepara o leitor para a compreensão dos *Livros 2 e 3*, relacionados à libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito, ao apresentar aspectos lógicos e metodológicos requeridos ao tratamento da retroação existente entre produção, intercâmbio, crédito e consumo nos circuitos econômicos do capital e nos circuitos econômicos solidários, explicitando a interseção e o fluxo de valores entre eles. E, igualmente, introduz problemas e conteúdos do *Livro 4*, ao tratar do emprego dos meios materiais, de poder e de conhecimento para a libertação das comunidades humanas.

No segundo livro, *Produção do Valor Econômico e Libertação das Forças Produtivas*, veremos o conceito fundamental de libertação das forças produtivas, cujos fluxos econômicos foram modelados matematicamente num sistema de funções compostas, com o qual se pode compreender claramente como ocorre e como projetar o processo de integração do consumo com a produção, mediado pelo intercâmbio, realizando-se a reprodução ampliada do valor e a progressão, ciclo a ciclo, da magnitude das forças produtivas, que ampliam o potencial dessas forças, tanto para atender ao conjunto do consumo requerido, quanto para reduzir a jornada de trabalho e, igualmente, ampliar o volume de produtos distribuídos em dom ao conjunto da sociedade, libertando a economia da lógica da escassez, para realizá-la sob a lógica da abundância. Abordaremos a convergência tecnológica da inteligência artificial com a robótica e a biótica, que engendram forças

produtivas e forças destrutivas, que poderão atingir magnitudes exponenciais em seu desenvolvimento nas próximas décadas. E trataremos da necessidade de subordiná-las ao controle social das comunidades humanas para a libertação de todos, evitando que, com elas, se constituam novos modos opressivos de produção, de circulação e de crédito, que reproduzam sociedades de classes, ou que tais tecnologias sejam sistemicamente empregadas na perduração do capitalismo. Veremos também como valores de uso, que comportam valor de troca, são produzidos em diferentes camadas de realidade – objetiva, virtual, aumentada, mista e metaverso. E como os fluxos de valores de troca entre essas camadas de realidade nos circuitos econômicos possibilitam que a produção e circulação de valores de uso em uma delas retroalimentem a produção, circulação e acumulação de valores em outras delas. Analisaremos como a transição tecnológica atual permite ao capitalismo ingressar em uma nova fase, por aceleradamente depender cada vez menos de trabalho vivo, inclusive intelectual, para produzir bens e serviços tangíveis e intangíveis. E veremos também como a libertação dessas tecnologias de sua subordinação ao capital pode consolidar uma economia solidária de libertação para o bem-viver de todos, resultando na própria superação do capitalismo.

No terceiro livro, *Circulação do Valor Econômico e Libertação das Forças de Intercâmbio*, veremos como operam os circuitos e a circulação do capital e como possibilitar a libertação das forças produtivas com a liberação dos meios de intercâmbio a partir da organização de circuitos econômicos solidários locais e da circulação global de seus fluxos econômicos, num sistema de intercâmbio solidário internacional. Veremos como o registro de diferentes signos de valor autogestionados por comunidades econômicas – que permitam realizar a circulação e o intercâmbio dos produtos, escapando da escassez do dinheiro no mercado capitalista, com o emprego de *blockchains* – e a propagação da *dádiva*, como forma de obtenção gratuita de meios de uso e de produção no interior de circuitos econômicos solidários, são ações essenciais para a liberação dos meios de intercâmbio e, por isso mesmo, para a expansão da libertação das forças produtivas.

No quarto livro, *Uso do Valor Econômico e Libertação das Comunidades Humanas*, veremos como é possível constituir novos modos de produção, novos sistemas de intercâmbio e novas formações sociais, a partir da organização de comunidades autogestionadas. Aprofundaremos o modo como tais comunidades podem realizar a liberação, aplicação e consumo do valor econômico, reorganizando o modo de produzir, intercambiar e creditar valores, no exercício de seus poderes econômico, político, social e cultural dando origem, coletivamente, a

novas formações sociais para a sustentação do novo sistema econômico. Assim, como a *comunidade* é mediação necessária para qualquer processo de libertação, trataremos nesse volume de como essas comunidades, reorganizando seus fluxos materiais, de poder e de conhecimento, podem dar origem a novas formações sociais, exercendo seu *poder político* no enfrentamento das relações de dominação existentes e exercendo seu *poder social* na realização das novas mediações históricas requeridas para o asseguramento do bem-viver de todos. Veremos, particularmente, como o emprego dos valores de uso é realizado na estratégia de reprodução do capital para manter seu modo de produção, seu sistema de intercâmbio e sua formação social. E, igualmente, como é possível dar origem a um sistema econômico solidário, pela reorganização da apropriação, uso, consumo e investimento dos valores econômicos, retroalimentando a libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito, com a reorganização dos fluxos econômicos locais e globais pelas comunidades humanas autogestionadas. Como o consumo, final e produtivo, é um ato econômico, de poder e de conhecimento, a sua prática, individual, associativa e pública, com objetivos éticos e sociais, é elemento essencial, tanto para assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas quanto para a superação do sistema capitalista e para a construção de sistemas econômicos solidários.

No quinto livro, *Antecedentes Teóricos – Economia Política, Social e Solidaria*, a partir de um fio condutor que entrecruza um grande conjunto de problemas e de abordagens no seu enfrentamento, recuperamos elementos teóricos relevantes para uma compreensão ampla e detalhada do capitalismo atual e de múltiplos aspectos desenvolvidos na busca de sua superação, que contribuíram para a formulação da economia de libertação. Esse confronto é necessário para entender diferentes modos pelos quais algumas questões foram abordadas ao longo da história e o posicionamento da economia de libertação em relação a esse patrimônio teórico, evitando equívocos na compreensão da presente obra. Pois, para bem compreender a economia de libertação, é importante, particularmente, situá-la ante algumas elaborações teóricas que a precederam, tanto para recuperar elementos analíticos e estratégicos que foram nela ressignificados, quanto para não subsumir sua novidade ao já elaborado no passado, o que equivocaria a sua própria compreensão.

No sexto livro, *Compreensão e Modelagem da Transformação do Real*, recuperamos alguns problemas, conceitos e teorias relacionados ao método de produção do conhecimento e de modelagem de circuitos e redes. Explicitamos elementos

lógicos e metodológicos da produção do conhecimento sobre a consistência dinâmica da realidade. Explicamos a modelagem reticular de fluxos, laços e anéis econômicos que permite analisar a intersecção dos planos de consistência dos circuitos econômicos solidários e dos circuitos econômicos do capital. Veremos como fluxos desses circuitos e a sua intersecção podem ser modelados com sistemas de funções compostas, com o adequado tratamento de variáveis endógenas (dependentes) e exógenas (independentes) nos processos de retroação entre eles, considerando suas participações nos respectivos planos de consistência. A modelagem da transformação do real possibilita explicitar e projetar a emergência de singularidades e a bifurcação estrutural de elementos compostos num determinado sistema, bem como o surgimento de um novo sistema ou o desaparecimento de um sistema existente pela alteração quantitativa e qualitativa de fluxos, laços e anéis que os constituem. Tal modelagem é requerida, por exemplo, para compreender e projetar, na economia de libertação, a emergência de empreendimentos no atendimento de necessidades mapeadas, bem como a bifurcação estrutural desses empreendimentos quando o investimento de excedentes no circuito e o compartilhamento de suas demandas dão origem a novos empreendimentos, possibilitando atender a novas necessidades, quantitativa e qualitativamente transformadas. Igualmente, possibilita compreender e projetar a transformação do sistema como um todo, pois o desenvolvimento das forças produtivas e das necessidades a atender forçam-no a transitar de uma configuração para outra, com base na práxis de atores que reorganizam os fluxos materiais, de poder e de conhecimento sobre os quais tenham eles algum controle.

No sétimo livro, *Síntese Categorical e Anéis Articuladores*, apresentaremos de maneira articulada o conjunto das categorias e conceitos mais centrais da Economia de Libertação, possibilitando ressignificá-los a partir do conjunto da obra – o que seria impossível de fazer no momento em que aparecem nos diferentes volumes, pois tal compreensão depende do domínio de conteúdos desenvolvidos em volumes posteriores.

Introdução

A economia de libertação pode ser compreendida como *prática* econômica e como *teoria* econômica, que se retroalimentam como *práxis* de libertação econômica. Essas duas dimensões e sua necessária realimentação serão explicadas na parte inicial desse livro, em que tratamos de vários aspectos do paradigma da libertação. Entre eles está o *estratégico*, relacionado à organização democrática de novas formações sociais e de novos modos, ecológicos e solidários, de produzir, intercambiar e creditar, que, por sua vez, se relacionam a formas de obter, apropriar, usar, investir e consumir os meios econômicos. Após explicitar a diferença entre libertação e liberação e o que isso implica em relação às forças e meios econômicos, abordaremos os temas da acumulação e distribuição de excedentes, a passagem da economia do capital à economia de libertação e o tratamento dado a diferentes fontes teóricas e práticas no desenvolvimento dialógico dessa economia.

Uma vez explicitado, em linhas gerais, o paradigma e os horizontes desde os quais a reflexão é desenvolvida, avançaremos para um dos temas centrais dessa introdução: a passagem da economia do capital à economia de libertação.

Analisando o processo da reprodução ampliada do valor, que integra a sua produção e circulação, veremos que a *liberação dos meios de intercâmbio* é condição necessária para a *libertação das forças produtivas*. Sob o aspecto histórico, essa tese será argumentada com elementos apreendidos da crise das economias socialistas no século passado, explicitando as principais debilidades no modo como a libertação das forças produtivas foi nelas concebida sem dar maior importância à reorganização do sistema de intercâmbio econômico para a sua consecução, particularmente no âmbito internacional. De igual modo, trataremos,

das economias social, popular e solidária nos países capitalistas e, analisando seus fluxos econômicos, mostraremos como elas permanecem, em sua maioria, como economias de *sobrevivência* ou de *resistência*, retroalimentando a realização e acumulação de lucros pelo capital. Mas veremos também que, em alguma medida, a economia solidária começa a ensaiar ações de *libertação econômica* que, sendo reorganizadas estrategicamente para avançar na libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito, podem progredir na constituição de sistemas econômicos solidários.

Essa análise de fluxos econômicos, que nos leva a investigar os laços e anéis da reprodução ampliada do valor econômico, nos conduzirá a outro tema central dessa introdução: a explicitação dos circuitos econômicos capitalistas e dos circuitos econômicos solidários e da circulação de valores entre ambos. Retomaremos, aqui, várias categorias analíticas de Marx, tanto para explicar o processo do capital como um todo, quanto para problematizar a relação dos aspectos endógenos e exógenos da reprodução ampliada do valor.

Deslocando o nível de abstração analítica – do plano lógico do capital para o plano lógico do valor – a fim de tratarmos das determinações históricas do fluxo econômico entre esses circuitos, veremos como o valor tanto pode ser determinado como *valor-capital* ou como *valor-solidário*, a depender das determinações históricas que sofra nesses diferentes âmbitos. Poderemos, com isso, considerar como os processos de reprodução ampliada do valor operam nos circuitos econômicos capitalistas e solidários e como valores, produzidos na economia popular, social e solidária – sob formas autogestionadas de trabalho, em que não há patrões ou empregados –, acabam sendo acumulados nos circuitos econômicos do capital, na realização de lucros do capital produtivo, comercial e creditício, através de formas de exploração indireta do trabalho ou de formas diretas de expropriação e de espoliação nos processos de intercâmbio e de crédito. Para explicitar adequadamente esse fenômeno e como ele pode ser revertido, trataremos dos níveis de maior ou menor determinação ou indeterminação do valor e formalizaremos categorialmente tanto os fluxos econômicos dos circuitos econômicos do capital e dos circuitos econômicos solidários quanto a interconexão ou intersecção existente entre eles.

Na sequência, compreendendo como os circuitos econômicos do capital estão interconectados com os circuitos econômicos solidários, veremos não apenas como valores gerados na economia solidária acabam sendo realizados como lucro no sistema de intercâmbio do capital, mas igualmente como valores, produzidos nos

circuitos econômicos do capital, podem ser realizados na forma de excedentes de valor nos circuitos econômicos solidários e acumulados em fundos autogestionados para atividades de libertação econômica. Veremos, também, como a integração desses circuitos em redes econômicas solidárias pode ocorrer em níveis local, regional e global, com o emprego de plataformas de tecnologia de informação e o uso de tecnologias *blockchain*.

Analisaremos em seguida como a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção pode levar à superação do sistema econômico capitalista, tendo como condição a constituição de *comunidades econômicas* formadas pela *classe trabalhadora*, que não apenas reorganizam solidariamente seus fluxos materiais, mas também seus fluxos de poder e de conhecimento. Mostraremos que a libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito é condição indispensável para a libertação das comunidades humanas e a importância dessas comunidades organizarem circuitos econômicos solidários em redes colaborativas locais e globais para a consecução desse objetivo.

Introduzimos, então, os conteúdos dos livros 2, 3 e 4, tratando da libertação de forças produtivas e de intercâmbio e da libertação das comunidades humanas, destacando a importância dos signos não-monetários de valor e das plataformas colaborativas para integração de circuitos econômicos solidários em níveis local e global.

O tema da libertação econômica das comunidades humanas nos levará a problematizar a relação entre comunhão, comunismo e libertação econômica, a impossibilidade da autolibertação individual e as aporias de pretender-se realizar a libertação da sociedade em seu conjunto, reafirmando a importância do papel das comunidades humanas no processo de libertação econômica. Essa reflexão nos trará elementos para mostrar as debilidades das estratégias políticas associadas à *ditadura do proletariado* e à *social-democracia*, que são preteridas na economia de libertação em favor do desenvolvimento de uma determinada compreensão da *estratégia democrático-popular*, nos termos em que tal estratégia é redefinida nessa obra, salientando a consolidação do poder público não-estatal na organização dos novos modos de produção e de consumo, dos novos sistemas de intercâmbio e de crédito, autogestionados e solidários, na proteção e defesa do conjunto dos direitos humanos e dos direitos da natureza, como componentes próprios das novas formações sociais e das mediações necessárias à transição do capitalismo em direção a elas.

Mostraremos, então, como modelar matematicamente os fluxos econômicos em laços de realimentação e como projetar a reprodução ampliada do valor e a progressão das forças econômicas, que possibilitam a transformação econômica de realidades locais, nacionais e internacionais com base nos princípios da economia de libertação. Com o emprego dessa técnica de modelagem, demonstraremos como a libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito pode ser alcançada com a organização de circuitos econômicos solidários, interconectados entre si por meio de redes econômicas locais, nacionais e internacionais.

Apresentaremos os elementos básicos da *função matemática de libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito*. Essa função possibilita projetar as curvas de crescimento econômico do valor produzido, do produto distribuído gratuitamente e do produto contratado em compras-e-vendas e em trocas não-monetárias, mas, igualmente, do número de unidades produtivas (de bens e de serviço) e de intercâmbio que podem ser criadas, ciclo a ciclo, para o atendimento do conjunto da necessidade mapeada. Com essa técnica de modelagem matemática, pode-se precisar quantos ciclos são necessários para atender-se ao conjunto da necessidade prevista e, em cada ciclo de produção, intercâmbio e realização do valor, que parcela dos excedentes obtidos pode ser sustentavelmente distribuída em dádiva, na forma de meios de consumo e de produção, retroalimentando a própria produção de excedentes nos ciclos seguintes.

Trataremos, em seguida, da subordinação das forças econômicas à reprodução ampliada do capital e da libertação das forças de produção, de intercâmbio e de crédito dessa subordinação. E, tomando como exemplo o atendimento do consumo das famílias no Brasil, faremos um exercício didático de projeção da libertação de forças econômicas no país, com o emprego da técnica de modelagem matemática anteriormente apresentada.

Nesse exercício, partindo de um circuito econômico solidário inicial, veremos que a sua capacidade de investimento – que se expande a cada ciclo de realização do valor – permite, progressivamente, a criação de outros circuitos econômicos solidários locais, integrados em rede, até que essa rede de circuitos, com seus investimentos coletivos, alcance ao conjunto dos municípios do país e o atendimento do *consumo total das famílias* residentes no território nacional. Mas, como a libertação dos trabalhadores é obra deles mesmos, uma rede de circuitos desse tipo somente pode ser constituída com a organização de comunidades econômicas, autogestionadas pelos seus participantes como sujeitos históricos de sua própria libertação.

Veremos, igualmente, como é possível, no atendimento do consumo das famílias: transitar da lógica *capitalista* de intercâmbio monetário de mercado para a lógica *solidária* que integra intercâmbios monetários e não monetários, com o emprego de tecnologias *blockchain*, em sistemas de rede colaborativa; transitar o *locus* de realização do valor – operada pela aquisição de meios de consumo por essas famílias – dos circuitos econômicos do capital para os circuitos econômicos solidários, possibilitando gerar fundos econômicos para desencadear e potencializar a libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito; organizar *sistemas econômicos solidários*, compondo novos modos de produzir, creditar, intercambiar, obter, apropriar, usar, aplicar e consumir; e dar origem a *novas formações sociais*, de caráter substantivamente democrático, que protejam e promovam o bem-viver de todos.

Por fim, trataremos tanto da *captura* de práticas de economia solidária por empresas capitalistas e estados, na reprodução de anéis de dominação econômica e política capitalistas, quanto do *combate* de práticas de libertação econômica pelo capital, com o emprego de meios econômicos, políticos, ideológicos e militares. Mas, por outra parte, ante ao recrudescimento do capital, veremos também como potencializar as ações de libertação econômica, explorando as *fendas sistêmicas* do capitalismo, explicitando a perspectiva pós-capitalista da economia de libertação no enfrentamento dessas diversas formas de opressão.

Como o objetivo da ciência deve ser expandir as possibilidades de realização das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, todas as funções, algoritmos e programas publicados na presente obra estão licenciados sob a *Licença Copysol 2.0*, publicada por Solidarius Rede Internacional – incluída como anexo no final deste livro. A produção de qualquer programa ou mecanismo de processamento de informação que use códigos, algoritmos, funções e sistemas de funções publicados nos volumes dessa obra – sob copyright do autor – está subordinada aos termos dessa licença, sendo vedada a sua incorporação em produtos e processos que não adotem o mesmo licenciamento, sendo imputáveis como crime, sob as penas da lei, o seu uso direto ou indireto por empresas capitalistas ou por quaisquer pessoas ou organizações que violem os termos da licença.

Nessa obra, com as análises que fazemos sobre a possibilidade de superação do capitalismo pela práxis de libertação das comunidades econômicas solidárias, não queremos dizer a última palavra sobre a crise do capitalismo, mas uma primeira sobre a economia de libertação.

1. Economia de Libertação

Podemos nos referir à economia de libertação de dois modos. No primeiro caso, podemos tratá-la como *práticas econômicas* reais, vividas por pessoas, comunidades, povos e nações: práticas econômicas de consumo, uso, apropriação, intercâmbio, produção, crédito, investimento de valores, desenvolvimento tecnológico, reciclagem etc. – isto é, como práticas inerentes à *oikos* humana, no cotidiano exercício de libertação econômica dos atores que as realizam. Porém, também podemos abordar a economia de libertação como *ciência*, que tem seu objeto, método, gnoseologia e epistemologia, que supõe uma ontologia, uma ética e diferentes aspectos a serem considerados para o adequado desenvolvimento de seus estudos e elaborações sobre a *oikos* humana e sua relação com a *oikos* geral da vida. Assim, quando tratamos da economia de libertação, pensamos nas duas acepções que essa expressão comporta.

1.1. Práxis de Libertação Econômica

No primeiro caso, trata-se, particularmente, de considerar as *práticas econômicas* de inúmeros atores autogestionados, em todo o mundo, que estão dando origem a formas colaborativas e solidárias de realizar suas atividades – de produção, intercâmbio, obtenção, apropriação, uso, consumo, crédito, investimento, desenvolvimento tecnológico e reciclagem – com base em representações, conceitos, hipóteses e teorias inerentes à sua realização. De fato, toda prática está relacionada a diferentes tipos de conhecimentos e a um ou mais objetivos em sua efetivação. Tratam-se, pois, de práticas e teorias que, como *práxis econômica*, se encontram

em estágios diversos de desenvolvimento, que podem ser caracterizadas como economia de sobrevivência, economia de resistência ou economia de libertação.

“Libertação de” e “libertação para”

As práticas de *libertação econômica* têm por objetivo *libertar economicamente* as pessoas e comunidades humanas. Mas **de** quê e **para** que?

No que se refere às negações e limitações econômicas de realização das liberdades humanas, trata-se da libertação conjunta de pessoas e comunidades: da privação da propriedade dos meios de produção, de intercâmbio, de crédito, de investimento e de consumo; da exploração do seu trabalho, da expropriação nos seus intercâmbios econômicos, da espoliação a que se sujeitam para obtenção de crédito, da pobreza e da exclusão econômica a que estão submetidas; da destruição ambiental da *oikos* da vida em nosso planeta, da aniquilação de ecossistemas e do desequilíbrio ecológico global; da escassez de meios econômicos para atender às suas necessidades; e de tantos outros impedimentos correlatos ao exercício ético das suas liberdades públicas e privadas oriundos da concentração de riqueza e poder do capital. Busca-se, pois, a **libertação de** situações econômicas opressivas e a supressão das estruturas que sustentam e reproduzem essas opressões.

No que se refere aos objetivos econômicos *para* a efetivação das liberdades humanas, trata-se da **libertação para** organizar e consolidar novos modos de produzir, intercambiar, obter, apropriar, creditar, investir e consumir valores econômicos: em que se assegurem, sustentavelmente, a reprodução e distribuição abundante dos meios requeridos ao exercício das liberdades de todos; em que não falte a ninguém o que é necessário ao seu bem-viver; em que o trabalho seja autogestionado e não haja a alienação ou exploração do trabalho; em que as pessoas possam *tomar decisões democráticas* sobre suas atividades produtivas, de intercâmbio, uso, consumo, crédito e investimento, para com elas promover o desenvolvimento econômico e solidário de suas comunidades, povos e nações; em que as pessoas possam *realizar tais decisões* com a atuação colaborativa de organizações comunitárias e sociais autogestionadas, criadas por elas mesmas; que assegurem os meios econômicos tangíveis e intangíveis requeridos à realização das liberdades públicas e privadas de todos, segundo o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e de intercâmbio já alcançado pela humanidade; em que o desenvolvimento econômico preserve o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e contribua para o bem-viver de cada pessoa e de todos os povos.

A realização desses objetivos implica, necessariamente, em consolidar outras formações sociais, outros modos de produção, outros sistemas de intercâmbio, outros modos de apropriação, uso, consumo, crédito e investimento dos meios econômicos, que sejam, em seu conjunto, amplamente democráticos, colaborativos, solidários e libertadores.

Libertação e Liberação

Cabe salientar que fazemos uma importante distinção entre *libertação* e *liberação*. A diferença entre ambas reside no exercício da autonomia e da autodeterminação da práxis por parte dos atores que se libertam ou na sua ausência por parte das coisas ou pessoas que são liberadas.

A *libertação* ocorre quando as pessoas são sujeitos históricos do processo de expansão de suas liberdades. A *liberação* ocorre quando algo ou alguém é removido de uma função ou condição específica por terceiros, tornando possível ser empregado em outra função ou colocado em outra condição. Assim, as forças produtivas, de intercâmbio e de crédito e as comunidades humanas, por serem atores históricos, *se libertam*; ao passo que os meios de troca (produtos e sinais de valor) ou meios de trabalho *são liberados*. Trabalhadores e comunidades humanas podem *se libertar*; ao passo que os meios de produção, de intercâmbio, de crédito e de consumo só podem *ser liberados*.¹

A *libertação* é realizada por sujeitos históricos que, em sua práxis, afirmam a sua autodeterminação exercendo sua autonomia, pessoal e coletiva, sobre o projeto a ser realizado e os meios de sua própria realização. A libertação das pessoas supõe, portanto, que elas, eticamente, atuem colaborativamente com autonomia e autodeterminação – nas condições historicamente situadas em que se encontram – na negação da realidade de opressão existente e na afirmação da

1 No uso dessas expressões, quando tratamos em conjunto de processos de libertação e de liberação, usamos o termo libertação, pois é a referência ao sujeito histórico que se liberta o que define o termo a ser empregado. Por exemplo: “libertação de forças produtivas e de meios de intercâmbio”. O mesmo também ocorre quando falamos apenas de “libertação das forças produtivas”, porque essa expressão corresponde, em conjunto, à *libertação* dos trabalhadores e à *liberação* dos meios de produção que são operados por eles. De igual modo quando falamos de “libertação das forças de intercâmbio”, pois ela se refere, em conjunto, à *libertação* dos trabalhadores e à *liberação* dos meios de intercâmbio que são operados por eles. Contudo, a depender do contexto ou da referência a autores que não adotam essa distinção, poderemos, em diferentes passagens, usar os termos libertação e liberação comutativamente.

nova realidade em que a liberdade pessoal e coletiva está melhor servida pelos fluxos materiais, de poder e de conhecimento em proveito de todos.

A *liberação*, por sua vez, ocorre em processos nos quais aquilo que é liberado ou quem é liberado não exerce a autodeterminação, não decide com autonomia sobre os fins nem sobre o emprego dos meios com relação ao projeto em que está subordinado. O que ou quem é liberado não se caracteriza como ator ou sujeito com autonomia, mas apenas como algo que sofre uma alteração na funcionalidade que cumpre ou na posição que ocupa no interior do próprio sistema. Assim, é possível *liberar* um espaço para outro uso, mas um espaço não se *liberta*, pois este não é um sujeito que possua autonomia na autodeterminação de sua práxis. De igual modo, pode-se liberar um trabalhador que estava ocupado numa função para que exerça outra, mantendo-o subordinado à mesma lógica de exploração de seu trabalho para a acumulação de riqueza por terceiros, ainda que em modos de produção diferentes.

No interior de qualquer totalidade histórica, quando as mediações ou funcionalidades sistêmicas desempenhadas pelo ator lhe são impostas por outrem, não havendo autonomia e autodeterminação da práxis do sujeito sobre o projeto em que é subsumido, seja no que se refere aos fins a serem alcançados seja na determinação do papel que ele próprio como ator deve desempenhar nessa totalidade como um meio, então essa determinação se revela uma práxis de dominação, o sistema se revela totalitário e tal funcionalidade, nela exercida, uma forma de alienação que resulta de uma práxis de dominação. Do ponto de vista da totalidade do capital, todas as funções desempenhadas para a reprodução do sistema revelam-se alienadoras, pois concorrem para a reprodução da exploração do trabalho, expropriação no intercâmbio e espoliação no crédito, negando aos sujeitos explorados, expropriados e espoliados a possibilidade da autodeterminação de fins e da autogestão de meios no exercício de sua própria atividade econômica para a sua libertação.

Assim, o proprietário de uma empresa pode liberar os trabalhadores que operavam numa função para serem aproveitados em outra. Contudo, essa liberação não é um ato de libertação dos trabalhadores, mas a reorganização do próprio processo de dominação exercido sobre eles. Pois os trabalhadores continuam a ser tomados como meios, como coisas, como recurso humano, para o desempenho de outras ações dentro do sistema de valorização do capital, podendo ser postos numa posição funcional e dela retirados para serem colocados numa outra por

aqueles que dispõem do poder de determinar o funcionamento daquela totalidade, na qual os trabalhadores estão subordinados como atores produtivos ou mercantis.

Assim, a diferença que faremos nessa obra permite entender que a *libertação* das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito requer a autonomia e auto-determinação dos atores históricos que se libertam *da* relação de dominação e subalternidade *para* a construção da nova forma de produzir em abundância e de intercambiar em favor do bem-viver de todos, com a melhor distribuição possível da riqueza produzida, sob diferentes modalidades de apropriação e de obtenção. Por outra parte, permite entender que a *liberação* dos meios de intercâmbio se refere tanto a produtos (meios produtivos e de consumo final) que atendem a necessidades das pessoas por seu valor de uso, quanto aos signos de valor usados como mediação semiótica na circulação desses valores no sistema de intercâmbio. Tais meios são coisas que em si não possuem autonomia e, portanto, podem ser liberados *da* reprodução ampliada do capital e passar a cumprir outra função *para* a libertação das forças produtivas e de intercâmbio, como mediação para a libertação das comunidades humanas.

A Determinação da Existência Humana pela Formação Social Capitalista que organiza os Fluxos Materiais, de Poder e de Conhecimento

Como a *oikos* – com o dinamismo dos fluxos, laços e anéis que a constituem – é condição para o exercício das liberdades humanas, a forma social de sua organização condiciona o próprio exercício dessa liberdade. Assim, a metamorfose do capital, sua reprodução ampliada e sua concentração ganham autonomia, com sua forma particular de organizar esses fluxos, laços e anéis, sobre a *existência humana* dos indivíduos e comunidades em particular – indivíduos que executam as funções específicas requeridas para a operacionalização desse processo, visando preservar a reprodução de sua própria vida e da sua própria liberdade e desenvolvê-las com a obtenção e emprego dos meios requeridos para tanto.

Assim, na base da existência de cada qual, como condição de sua possibilidade, está a *consistência* do próprio sistema de fluxos, laços e anéis materiais, de poderes e de conhecimentos, que operam na reprodução dos atores que são necessários, no seio dessa teia de relações, à reprodução do próprio sistema.

Os atores que *reproduzem o sistema* não se reduzem, pois, a sujeitos individuais nem possuem uma autonomia ilimitada no exercício de sua liberdade. Mas, por

essa mesma teia de relações econômicas, de poder e de conhecimento, são constituídos como atores na operação de funções particulares no exercício constricto de sua liberdade no seio de *classes sociais*, no interior das quais os operadores do capital e os operadores do trabalho estão determinados e são reproduzidos permanentemente sob relações de poder historicamente condicionadas.

Assim, quando analisamos os fluxos, laços e anéis dos processos de produção, circulação e apropriação do valor, que resultam na totalidade de poder do capital que se reproduz pela acumulação do valor econômico gerado pelo trabalho, podemos identificar não apenas como são produzidos os atores econômicos que operam na reprodução do próprio sistema, mas os diferentes âmbitos de exploração do trabalho pelo capital em domínios particulares, segundo as peculiaridades de cada realização específica dessa exploração, apropriação do valor e dos meios de sua produção, circulação e crédito, nos âmbitos do capital produtivo, comercial ou financeiro².

A práxis dos proprietários individuais e coletivos do capital está amplamente condicionada pelos fluxos materiais, de poder e de conhecimento dos quais participam no interior da classe social à qual pertencem, que são retroalimentados, econômica e politicamente, com o objetivo histórico de preservar a própria formação social capitalista, o modo de produção e o sistema de intercâmbio e de crédito que asseguram a reprodução ampliada do capital e a acumulação privada de lucros. Embora pudessem assumir, individualmente, uma atitude crítica ante a tal modo de produção, de intercâmbio, de crédito e de apropriação de valores e pudessem atuar em contradição à sua reprodução, contribuindo para a própria subversão do sistema capitalista, suas condutas acabam, em geral, determinadas pelos fluxos materiais, de poder e de conhecimento no seio das redes de relações

2 O capital *produtivo* comanda a produção de bens e serviços com valor de uso, explorando o trabalho produtivo. Tais produtos, levados ao mercado, convertem-se em mercadorias. Estas, ao serem vendidas, permitem a realização, como lucro, em favor do capital produtivo, de uma parte da mais-valia produzida pelo trabalho. O capital *comercial* compra e vende mercadorias, obtendo como lucro uma outra parte da mais-valia produzida pelo trabalho produtivo. Por sua vez, o capital *financeiro* é remunerado pelos serviços que presta, referentes: às operações de crédito, de cobrança e pagamento; ao entesouramento seguro de valores; à operacionalização de contas-correntes; à operacionalização de transações locais e internacionais de valores; a transações com títulos e ações; entre outras operações que lhe são próprias. Mas é, particularmente, com o recebimento de juros sobre o dinheiro que empresta e que o capital financeiro realiza grande parte de seus lucros. Assim, os lucros que o capital financeiro realiza ao receber juros do capital produtivo ou comercial correspondem à sua participação na acumulação de uma parcela da mais-valia produzida pelo trabalho produtivo e que circula pelo sistema de intercâmbio peculiar ao circuito econômico do capital.

econômicas, sociais, políticas e culturais que os constituem como sujeitos históricos no interior da classe social a que pertencem.

Disso resulta que as decisões desses atores, no exercício limitado de sua autonomia a respeito da melhor conformação da totalidade social, tendem a preservar e aperfeiçoar a reprodução ampliada do capital e sua acumulação privada, subordinadas não apenas ao controle da classe social a que pertencem, mas ao empoderamento de si mesmos no exercício de suas funções na reprodução ampliada do capital em seu âmbito particular de operação. Assim, por exemplo, os controladores e operadores do capital financeiro não se importam com o grau de endividamento do capital produtivo ou comercial, das famílias ou governos, mas com a realização dos próprios lucros do capital financeiro que esteja sob o seu controle ante os demais – exceto quando os resultados da crise econômica possam colocar em risco a sua própria acumulação de capital ou o sistema geral de acumulação de lucros como um todo.

Assim, como indivíduos, eles cumprem, cada qual, distintos papéis funcionais à reprodução da totalidade do capital, estando subsumidos a uma classe social e a algum segmento dessa classe, reproduzindo-os com suas próprias ações, em razão dos resultados materiais, de poder e de conhecimento que obtêm com a preservação do sistema de exploração do trabalho, de expropriação no intercâmbio e de espoliação no crédito, para a acumulação de riqueza. De fato, normalmente, desde a infância dos futuros herdeiros do capital, acumulado ao longo de gerações, até o momento em que estes passam a desempenhar suas funções de controladores ou operadores do capital, ocorre a sua *alienação pedagógica e política*, sendo formados para o desempenho das funções que cumprirão futuramente no seio da totalidade do sistema, tratando de estudá-las e aperfeiçoá-las, para melhor desempenhá-las e para que tal desempenho melhor contribua na reprodução do sistema de acumulação do qual se beneficiam.

Libertação dos trabalhadores e liberação dos meios econômicos

Quando analisamos os processos históricos de aumento da apropriação pelos trabalhadores da riqueza por eles produzida ou de expansão de sua liberdade no próprio exercício de seu trabalho, percebemos que a práxis de libertação econômica dos trabalhadores tanto ocorre no enfrentamento da *exploração direta* do trabalho pelo capital que o contrata, quanto no enfrentamento da *exploração indireta* do trabalho autogestionado pelo capital, exploração que ocorre mediante

a terceirização de etapas realizadas com este trabalho na produção ou intercâmbio de valores ou pelo provimento – realizado pelo trabalho autogestionado – de meios econômicos a outros atores do capital, cuja mais-valia neles presente será realizada, como lucro, em alguma etapa seguinte de produção ou de intercâmbio, sob controle do capital produtivo, comercial ou financeiro.

No primeiro caso de enfrentamento, os sindicatos de trabalhadores podem avançar na libertação econômica dos trabalhadores quando são capazes de determinar a contínua redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o contínuo aumento real dos salários no conjunto das cadeias de produção e de intercâmbio sem repasse desse aumento ao preço dos produtos e a contínua multiplicação de empresas controladas pelos trabalhadores sob mecanismos de cogestão e de autogestão. No segundo caso, a organização de circuitos econômicos solidários é a principal forma de impedir que os valores produzidos por empresas autogestionadas sejam acumulados nos circuitos econômicos do capital pelos capitais produtivo, comercial e financeiro, como veremos nessa *Introdução* e aprofundaremos no *Livro 3*.

Como efeito desses dois processos, pode-se conceber a progressiva libertação dos trabalhadores, com a multiplicação de empresas autogestionadas por eles próprios e por suas comunidades, integrando seus fluxos econômicos em circuitos solidários em níveis locais e globais que, atendendo a um volume cada vez maior de necessidades de consumo final da classe trabalhadora e de consumo produtivo de suas próprias iniciativas, avancem na construção de um outro sistema econômico, capaz de realizar de maneira solidária e sustentável a reprodução ampliada do valor e sua distribuição para o bem-viver de todos.

Essa *libertação* dos *trabalhadores* implicaria a *libertação* de uma parcela dos *proprietários* do capital *das* funções que anteriormente cumpriam no próprio sistema do capital, os quais poderiam vir a exercer sua autonomia de maneira crítica com respeito aos diferentes projetos de sociedade confrontados entre si. Contudo, a sua *libertação*, como sujeitos históricos para a construção de uma nova sociedade, fundada na distribuição solidária da riqueza e na desconcentração democrática do poder, exigiria uma atitude própria, autônoma e autodeterminada deles mesmos, em favor desses objetivos; exigiria superar a alienação cultural e política sob a qual sua subjetividade foi produzida ao longo de sua história com vistas a cumprirem a função de reprodutores do sistema do capital.

Mas, como, em geral, eles não desejam se libertar do papel que ocupam no sistema de dominação – em razão das vantagens que nele obtém com os fluxos

materiais, de poder e de conhecimento dos quais participam – terminam por atuar contra a libertação econômica dos explorados, expropriados, espoliados, dominados e excluídos.

Assim, como veremos na *Seção 2.6.4*, embora seja possível imaginar equivocadamente a libertação da sociedade em seu conjunto, por uma análise formal da supressão da contradição entre o capital e o trabalho em razão da apropriação pela classe trabalhadora dos meios de produção, de intercâmbio e de crédito, na prática a probabilidade dessa ocorrência é quase nula, pois os laços e anéis da reprodução do sistema capitalista não são apenas materiais. Veremos que não basta uma transformação do modo de produção, de intercâmbio e de crédito para dar origem a uma nova sociedade, pois a nova formação social da *oikos* a ser desenvolvida implica, igualmente, na transformação comunitária dos fluxos de *poder* e de *conhecimento* para instituir um amplo *sistema social de intercâmbio* de caráter solidário, capaz de sustentar um novo *modo de produção, de obtenção, de apropriação e de crédito* de caráter solidário.

Social e Solidário

O emprego de *social* e *solidário*, como categorias analíticas e estratégicas de libertação, deve ser feito de modo a que os conceitos elaborados explicitem as contradições do real e que a práxis de libertação se desenvolva não apenas visando suprimir tais contradições mas, igualmente, efetivar a nova realidade (novos modos de produzir, intercambiar, apropriar e usar os meios econômicos, os meios de poder e os meios de conhecimento), em que as liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas, sejam consolidadas e expandidas democraticamente.

Essas duas categorias – social e solidário – podem ser aplicadas validamente sob distintas abordagens, como a sociológica, a ética e a que trata do poder. Como há diferentes conceituações a seu respeito nas diferentes disciplinas que as empregam, sob distintas perspectivas, é preciso estar atento para não confundir os registros de seus empregos.

Sob o aspecto sociológico, por exemplo, as categorias “*social*” e “*solidário*”, dizem respeito ao funcionamento da sociedade, referindo-se ao conjunto de relações estabelecidas entre os seus membros. Assim, a referência à *forma social*, historicamente realizada dessas relações, ou à *formação social* que elas configuram em seu conjunto, não corresponde – pelo emprego do adjetivo “*social*” – a alguma *qualificação ética*, valorativa, dessas relações. Tal forma ou formação é adjetivada

como social pelo fato das *relações sociais* constituírem a *matéria* modelada por essa *forma*, constituírem o *objeto* dessa *formação*. Por isso, tanto se pode falar de uma formação social escravista e capitalista, quanto socialista e comunista. Como também se pode falar da divisão social do trabalho e de uma cooperação ou solidariedade orgânica na sua realização, pela especialização de atividades e pela mútua interdependência dos atores econômicos em sua realização, ainda que tal divisão do trabalho e tal solidariedade orgânica possam resultar de processos de dominação política, econômica e cultural.

Por outra parte, quando se distingue a *economia capitalista* da *economia social e solidária*, por exemplo, um dos aspectos em questão é o exercício do poder sobre as finalidades, os meios, os processos e os resultados da produção, circulação e apropriação econômica e o caráter ético do exercício desse poder. Mas como veremos, a depender de como são organizados os seus fluxos econômicos, tanto a economia social, planejada pelo Estado ou autogestionada pelos trabalhadores, quanto a economia solidária, em suas diferentes modalidades, podem reproduzir, mesmo que não o queiram, a acumulação econômica privada por atores capitalistas que operam na produção, no intercâmbio e no crédito nos circuitos econômicos do capital.

Libertação Econômica e Recrudescimento do Capital

Como veremos no *Capítulo 7*, os controladores e operadores do capital, ante os avanços atuais da economia solidária, exercem a sua liberdade buscando capturar na lógica do capital as inovações introduzidas pela práxis de libertação econômica dos oprimidos, suas linguagens e suas tecnologias sociais ou disciplinar de maneira funcional, por meio da ação do Estado, as práticas econômicas subversivas que vão surgindo para torná-las inofensivas à reprodução orgânica do sistema capitalista. Pois, enquanto os fluxos econômicos da economia social e solidária estiverem subordinados aos circuitos econômicos do capital, os valores nelas produzidos realimentarão a economia do capital.

Mas, se tais métodos de subordinação adotados pelos atores do capital se mostram ineficazes, partem então para o confronto, visando conter as práticas de libertação econômica nos campos da produção, intercâmbio e crédito e impedir que elas se desenvolvam, cresçam e se consolidem em conjunto como um novo sistema econômico. Para tanto, os atores do capital se valem de ações econômicas, culturais, políticas e militares, buscando com isso preservar o sistema hegemônico

e proteger ou recuperar o seu poder de maior controle sobre os fluxos materiais, de poder e de conhecimento em níveis locais e globais afetados por essas práticas, fluxos esses que a práxis economia de libertação dos oprimidos lhes vai tolhendo ao longo de sua expansão.

Justamente por isso é essencial o conhecimento rigoroso, científico e técnico, dos *processos econômicos* requeridos para a construção da nova sociedade. Pois qualquer erro cometido será explorado pelas forças do capital para impor reverses à economia libertadora, que avança na construção de sistemas econômicos pós-capitalistas.

1.2. Economia de Libertação como Ciência

Quando abordamos a *economia de libertação* como ciência, podemos explicitá-la tratando de seu objeto, método de pesquisa e de elaboração, gnosiologia e epistemologia; tratando da ontologia, da lógica e da ética que estão supostas em sua abordagem e de outros diferentes aspectos de sua formulação; tratando, pois, do *paradigma da libertação* a partir do qual ela se constitui como ciência.

1.2.1. Objeto da Economia de Libertação

O objeto de estudo da economia de libertação são as relações humanas de produção, crédito, intercâmbio, obtenção, apropriação, uso, investimento e consumo de meios que atendem às necessidades dos indivíduos, comunidades e sociedades, relações essas que tanto podem ser de dominação quanto de libertação. Ela investiga como organizar essas relações para gerar e distribuir meios econômicos, de maneira abundante e ecologicamente sustentável, para assegurar a sua livre apropriação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias ao bem-viver de todos. Ou, dito de outro modo, considerando a *oikos* humana e sua relação com a *oikos* geral da vida, ela investiga como se pode realizar a libertação econômica das pessoas, comunidades e povos com a produção, circulação, investimento e consumo do valor econômico – em suas formas de valor singular de uso, valor particular de intercâmbio e valor universal de crédito –, assegurando a sustentabilidade desses processos e levando em conta as duas acepções que toda libertação comporta, *libertação de* e *libertação para*, que acabamos de mencionar em referência às práticas de libertação econômica.

1.2.2. Método da Economia de Libertação

O método para tratar das práticas econômicas de libertação e para desenvolver, nos planos teórico e prático, a economia da libertação na investigação de seu objeto é, basicamente, o mesmo método do paradigma de libertação, que foi desenvolvido na América Latina na segunda metade do século XX.

Dos anos finais da década de 1960 em diante, tivemos o florescimento de um amplo leque de abordagens disciplinares versando sobre a *libertação*, tais como pedagogia da libertação, sociologia da libertação, antropologia da libertação, teologia da libertação, psicologia da libertação, filosofia da libertação, o teatro do oprimido e várias outras contribuições científicas e artísticas na mesma perspectiva. Mas, não houve, naquela época, uma economia de libertação. A razão disso trataremos no *Livro 6*. Aqui apenas realizaremos uma aproximação geral sobre como se constrói um pensamento de libertação desde a práxis de libertação, retomando o *paradigma de libertação* dos anos 70.

A práxis de libertação como ponto de partida e de chegada

Em linhas gerais, trata-se de partir da *práxis de libertação*. Esta vem em primeiro lugar, sendo abordadas a teoria e a prática nela existentes à luz de cada disciplina específica. Realiza-se, desse modo, a reflexão teórica interdisciplinar desde a práxis e sobre ela. Essa reflexão, ao final, deve retroalimentar a própria práxis, contribuindo para torná-la mais potente em sua capacidade libertadora.

A reflexão da práxis principia por sua *problematização*, considerando sua prática e sua teoria, que retroagem entre si no contexto cultural e histórico da vida das pessoas. Essa problematização é realizada de maneira *dialógica*, isto é, em diálogos, em comunicação, em interlocução com os atores da práxis mesma de libertação, com fluxos de conhecimento entre o pesquisador e os atores da práxis. Eles se concluem, ao final, em uma nova compreensão dos temas pesquisados e novas perspectivas de como transformar a realidade.

No diálogo crítico entre os atores da práxis e o pesquisador, que colabora com eles na produção do novo conhecimento, recupera-se, de ambas as partes, o saber já elaborado nos âmbitos popular e acadêmico e agregam-se, conjuntamente, novos elementos para tratar dos problemas referidos a práxis em questão – pois não se trata de inventar outra vez aquilo que já se sabe, mas de elaborar um novo conhecimento, necessário à transformação da realidade pela práxis, em retroação

com o já conhecido. Recupera-se, pois, tanto o saber dos atores mesmos, que está presente em suas próprias práticas, como o saber acumulado ao longo do tempo nas ciências particulares. Porém, tal recuperação do conhecimento é realizada de maneira sempre dialógica e problematizadora – nos termos da investigação participativa e da pedagogia da libertação –, para que se possa compreender a realidade concreta com vistas a transformá-la de maneira libertadora, para que a nova realidade que resulte dessa transformação assegure, nas melhores condições possíveis, as liberdades de todos.

Desse modo, colaborativamente, se constrói um novo conhecimento sobre a práxis mesma de libertação, inclusive sobre a própria maneira de produzir novos conhecimentos a seu respeito. E esse novo conhecimento, assim formulado, retorna à práxis para ser provado como verdadeiro na própria transformação da realidade; para que a práxis, enriquecida com tal conhecimento, assim formulado e comprovado, possa ser mais libertadora. Essa crítica permanente da práxis, aplica-se especialmente aos próprios processos de libertação em curso, a fim de que não sejam capturados em novas formas de dominação.

Esses mesmos procedimentos são realizados na economia de libertação. Parte-se das práticas de economia social e solidária, em suas próprias circunstâncias, e desenvolve-se uma investigação dialógica sobre elas, na interlocução com seus atores. Busca-se, inicialmente, compreender as debilidades e fortalezas destas práxis e, em seguida, formular colaborativamente uma teoria que lhe seja orgânica e possibilite melhorá-las, para que avancem em ações mais estratégicas e consistentes de transformação estrutural. Tais ações visam consolidar e expandir uma nova economia, que assegure os objetivos de libertação econômica anteriormente mencionados. Com esse processo de pesquisa-ação, busca-se a transformação das *práticas econômicas* para que possam ser, efetivamente, *práticas de libertação econômica* – capazes de resultar em outros modos de produção, outros sistemas de intercâmbio e de crédito, outros modos de apropriação, uso e consumo e outras formações sociais de caráter pós-capitalistas – e não somente práticas econômicas de sobrevivência ou de resistência que, em última instância, acabam por reproduzir o próprio capitalismo.

Por fim, as teorias presentes nas diferentes práticas econômicas solidárias são dialogicamente recuperadas e analisadas em suas fortalezas e debilidades, elaborando-se uma síntese desse pensamento – de maneira complexa, pois tais teorias emergem de diferentes realidades, com diferentes linguagens e de práticas em diferentes estágios de desenvolvimento. Tal elaboração teórica, comendo

as diferentes fortalezas dessas práticas para a superação de suas diferentes debilidades, é restituída aos atores da práxis, para que possam aprimorar suas ações com esses conhecimentos, dialogicamente produzidos a partir da reflexão das mais diferentes práxis de libertação econômica.

Partir da *práxis de libertação* significa, igualmente, reconhecer a existência da negação, em graus variados, de liberdades públicas e privadas em nossas sociedades – liberdades essas que deveriam ser eticamente protegidas por todos. Em razão disso, no processo de problematização, trata-se de compreender os mecanismos de dominação e de opressão, de exploração, expropriação, espoliação, exclusão e todas as demais formas de negação do bem-viver dos seres humanos, bem como os mecanismos adotados pelos dominados e oprimidos, particularmente pelos explorados, expropriados, espoliados e excluídos em sua busca de superar todas as formas de negação de sua dignidade humana e de realizar a sua própria libertação.

Isso exige, portanto, investigar as *contradições* da realidade, partindo do que aparece até chegarmos à complexidade que corresponda à *consistência* da realidade investigada em seus fluxos, laços e anéis, isto é, àquilo que não se percebe diretamente pelos sentidos, mas sem o quê a realidade percebida não existiria.

Ao compreender essas contradições e o modo como os atores se posicionam em relação a elas e aos projetos de libertação econômica dos oprimidos, pode-se mapear, configurar e explicitar os blocos de atores que, consciente ou inconscientemente, desencadeiam, desenvolvem ou reproduzem práticas econômicas, políticas e culturais de dominação ou de libertação.

Assim, o pensamento *dialógico* de libertação é necessariamente *dialético*, por investigar as mediações e contradições históricas do real com o objetivo de transformá-lo. E, por reconhecerem que a linguagem que medeia o pensamento é histórica e que a investigação realizada está igualmente condicionada pela realidade em que é produzida, os atores que produzem o conhecimento sabem que o resultado obtido em sua reflexão é limitado na compreensão do mundo e em sua capacidade de transformá-lo, pois nenhum conjunto de signos pode representar totalmente seu objeto dinâmico. Daí a necessidade de seguirem problematizando o próprio conhecimento já produzido, para corrigir as debilidades detectadas nas elaborações realizadas e nas práxis efetivadas, potencializando-as para a expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas.

Desse modo, partindo da práxis social, por meio da análise dos fluxos materiais, de poder e de conhecimento, sem os quais ela não existiria, chega-se aos sujeitos que atuam de forma solidária ou contraditória em relação à expansão ou redução

das liberdades públicas e privadas de todos, liberdades que somente podem ser exercidas com a mediação de tais fluxos materiais, de poder e de conhecimento – que devem ser compartilhados socialmente da melhor maneira possível para a contínua libertação de todos. E, desde a práxis dos atores em relação a esses objetivos de *expandir, negar ou limitar as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas* de cada pessoa e de todos os povos, compreende-se com quem se pode contar e com quem não se pode contar, em favor de quais objetivos se deve atuar e contra quais objetivos a práxis de libertação deve ser exercida.

O método, portanto, parte da ação dialógica e da problematização, para desenvolver colaborativamente uma reflexão sobre a práxis, cuja teoria tem dois aspectos: o *cognoscitivo* – que opera de forma analítica e sintética, partindo da aparência para chegar à consistência – para compreender a realidade, para entender como operam os fluxos econômicos sob lógicas de dominação ou libertação; e o *estratégico*, para projetar novas realidades e explicitar como realizá-las. O tratamento dado a ambos os aspectos é sempre dialógico, realizado colaborativamente com os atores da práxis.

Assim, da mesma forma como se aperfeiçoa a prática econômica dos atores com esse avanço efetivador, igualmente se pode aperfeiçoar a teoria econômica ensinada na academia, com as novas capacidades cognoscitivas e estratégicas dialogicamente produzidas e validadas no processo participativo de investigação e ação levado a cabo por esse método.

Mas, por que usamos tal método para produzir ciência econômica? Basicamente por dois motivos: um de caráter gnosiológico e outro de caráter epistemológico.

1.2.3. Aspecto Gnosiológico

O aspecto gnosiológico se refere ao conhecimento de algo. E, conforme o paradigma da libertação, não pode haver conhecimento ou a comunicação de um conhecimento sem que haja uma linguagem mediadora de sentidos e de significados. Assim, a produção humana de conhecimentos requer ao menos um regime de signos, isto é, alguma linguagem – como detalhamos no item 1.2.7.

O sistema básico de modelagem do conhecimento, que possibilita o acoplamento estrutural do indivíduo à comunidade humana, é a *língua natural*. Mas quem, entre nós, inventou as palavras que constam nos dicionários e as regras gramaticais para a sua articulação, a expressão semântica de significados com seu emprego e o seu exercício pragmático para interferir, com elas, nas diferentes

situações? E com respeito às *linguagens formalizadas*, requeridas ao conhecimento científico, quem de nós inventou, por exemplo, as matemáticas? Não foi nenhum de nós em particular, mas a comunidade humana ao longo de suas gerações.

De fato, as variadas *línguas naturais* foram produzidas e são recriadas nas relações sociais, no seio das comunidades humanas ao longo do tempo. Aprender uma língua é sempre um processo dialógico, comunicativo, que supõe uma comunidade na qual os intercâmbios de conhecimento são realizados por meio de palavras e de outros sinais nela convencionados.

Assim, eu não posso pensar, como ser humano, sem alguma linguagem. Mas a língua natural que eu uso e recrio em meu exercício de pensar não foi produzida por mim. Foi produzida e recriada por gerações de seres humanos no exercício dessa própria linguagem no seio de comunidades humanas. Então, como dependendo da linguagem para pensar e somente posso aprendê-la e recriá-la como linguagem na relação com outros seres humanos, eu não posso pensar sem eles. Mas, igualmente, eu não posso pensar por eles. Somente posso pensar com outros seres humanos. Nas palavras de Freire, eu “...*não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros*” (Freire, 1987, p. 101)

E, como no processo de minha libertação eu necessito de conhecimento para me libertar e como eu não posso pensar sem os outros mas somente com eles, então, por isso mesmo, eu não posso me libertar sem os outros, mas somente com os outros.

Assim, concluímos, na mesma perspectiva de Paulo de Freire (1987, p. 52), que *ninguém liberta ninguém*, porque eu não posso libertar o outro, porque eu não posso pensar pelo outro; *ninguém se liberta sozinho*, porque não se pode pensar sem o outro, mas apenas com o outro. Os *seres humanos se libertam em comunhão*, diz Freire – no movimento permanente de realização de sua *natureza humana comunal*, pois não há pessoa sem comunidade humana e vice-versa.³

Esta, em linhas gerais, é a base da gnosiologia dialógica de Paulo Freire, que também está presente na filosofia e na sociologia da libertação e em outras ciências particulares que deram origem ao paradigma de libertação na década de 1970.

Na economia de libertação, tal argumento sobre os *fluxos de conhecimento* estende-se, igualmente, aos *fluxos materiais* e aos *fluxos de poder*, como condições requeridas à libertação das pessoas e comunidades humanas. Em seu conjunto

3 Nas palavras de Freire: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (Freire, 1987, p. 52).

eles devem ser reorganizados para a realização das liberdades públicas e privadas nas melhores condições possíveis para todos. Eles se referem à realização de nossa *natureza humana comunal*, à necessidade que temos da relação *essencial* com outros seres humanos para a concreção de nossa *consistência humana*, à necessidade de estar integrados em comunidades e nos ecossistemas que sustentam a nossa vida, à necessidade de *consistir* em comunidades, para que possamos viver como seres livres, como seres humanos.

Essa gnosiologia destaca, pois, a centralidade da *comunidade* na produção do conhecimento humano. Não há ser humano e pensamento humano sem comunidade humana. A comunidade é a maneira como os seres humanos se acoplam aos ecossistemas e asseguram suas liberdades. Sem comunidade, como vimos ao tratar da *oikia*, não podemos nos acoplar aos ecossistemas e sobreviver como seres humanos. Assim, a criança que acaba de nascer, se for abandonada sozinha, morrerá, porque necessita de uma comunidade para sobreviver. Como vimos, ela não pode viver pelos outros. Não pode viver sem os outros. Somente pode viver com outros seres humanos, integrada em alguma comunidade.

Isso ocorre porque, entre as diferentes mediações necessárias para o seu viver, estão os fluxos materiais e os fluxos de poder; mas, especialmente, os fluxos do conhecimento humano. Tal conhecimento, somente se aprende e recria por mediação da linguagem, na integração do indivíduo à comunidade humana, tanto no movimento comunicativo de apropriação do que a comunidade já aprendeu com as gerações passadas e presentes, como no processo pessoal de perquirir e investigar. Esse processo pessoal, também exige uma lógica e um sistema de signos para que possa haver interpretação e memória, sentidos e significados. Ele exige, pois, uma linguagem, tanto para produzir um novo conhecimento, como para comunicá-lo à comunidade presente, quanto para preservá-lo às gerações futuras.

Se a natureza nos dota de um languagear inato, pois não é preciso ensinar a um recém-nascido a chorar para sinalizar suas carências ou a mover as 15 classes de músculos da face para expressar ânimos e disposições, o aprendizado e desenvolvimento no emprego dos sinais na expressão de significados e sentidos nos diferentes domínios da existência humana supõe necessariamente a *comunicação*, o estabelecimento de uma *instância comunal* de fluxo de conhecimento, permeado por interpretantes *lógicos, emocionais e ativos*, que é *essencial* ao desenvolvimento social e histórico da própria *natureza humana* de cada indivíduo – isto é, de cada elemento integrante da comunidade que é indiviso como ser único e irrepetível

e que se torna pessoa por suas relações sociais com outras pessoas no seio dessas comunidades⁴.

As características *apofântica* e *poiética* da linguagem revelam aspectos essenciais da produção e comunicação do conhecimento humano. O seu caráter *poiético* indica que ela foi e é produzida e recriada pelos seres humanos em comunidades ao longo da história, no próprio exercício da comunicação entre si, na resolução de problemas e na expressão de singularidades humanas. O seu caráter *apofântico* refere-se à expectativa de que ela possa, em alguma medida, expressar a verdade de ocorrências passadas, de acontecimentos presentes e de eventos futuros. Ela expressa a *verdade* quando aquilo que por meio dela se afirma corresponde aos elementos tangíveis ou intangíveis do objeto dinâmico investigado, que podem ser de natureza empírica (física, natural ou social) ou formal (lógica, matemática, etc.). Quando aplicada a objetos tangíveis, trata-se de uma modelagem simbólica de signos indiciais, portanto empiricamente observáveis, que existiram no passado, que existem no presente ou que poderão existir no futuro – neste caso,

4 Embora Charles Sanders Peirce (1974, item 536) use a palavra *energético* para indicar uma das três classes de interpretantes – “I term these three kinds of interpretant the “emotional”, the “energetic”, and the “logical” interpretants” (EP2. 409) –, preferimos a expressão *ativo*. Se o interpretante pode ser definido como “aquilo que o signo produz” (CP 4.536), pode-se dizer que ele produz uma *emoção*, *inferência* ou *ação*, mas não se pode dizer que ele produza uma *energia*. A ação desencadeada no organismo, como interpretante do signo, pode envolver mobilização ou transformação de energia, movimentos físicos, químicos, biológicos, como esforços e alterações corporais, mas não produz tal energia. De fato, o próprio Peirce descreveu o *interpretante emocional* como um *sentimento*, o *interpretante energético* como uma *ação* e o *interpretante lógico* como um *hábito* ou *mudança de hábito*. Mas também classificou os interpretantes como: *mediato*, *dinâmico* e *final*. Comparando as duas classificações, podemos ver o emprego, em similar posição, de *energético* e *dinâmico*. Há um debate entre os semioticistas a respeito da relação entre essas duas tricotomias, não havendo consenso sobre isso. Mas curiosamente, se retornamos à filosofia de Aristóteles, encontraremos como categorias para compreender o movimento do ser as mesmas expressões: δύναμις e ἐνέργεια. Se para Aristóteles δύναμις corresponde à *potência* do ser, ἐνέργεια corresponde ao estado do ser em ato. Se o que está na segunda posição em ambas as séries se referir à relação do interpretante para com o objeto, então este poderia estar sendo interpretado em sua *atualidade* como ἐνέργεια e em sua *potencialidade* como δύναμις. Peirce (CP 1.325) afirma que “The real is active; we acknowledge it, in calling it the actual. (This word is due to Aristotle’s use of {energeia}, action, to mean existence, as opposed to a mere germinal state.)” Evitando, porém, alguma possível confusão no emprego de *energético*, preferimos *ativo*. Assim, pensando as categorias desde a práxis e não a partir de uma dedução formal, temos que “emocional, lógico e ativo” permitem abordar a relação entre emoção, razão e ação, entre, συγκίνηση, λόγος, δράση no seio da πράξις. O fato de que δράση corresponde a ação, tanto de pessoas quanto de objetos, permite recobrir, igualmente, o movimento de reação não intencional nos corpos.

segundo os graus de probabilidade peculiares a cada previsão de caráter científico, epistemologicamente validada, no seio da comunidade humana.

A produção do conhecimento dialógico, de maneira crítica e rigorosa, requer, sob cada linguagem, jogos peculiares de categorias lógicas, consistentemente formalizadas, com as quais são tratados os *fenômenos* percebidos pelos sentidos, permitindo avançar da *aparência* para a sua *consistência dinâmica*, para a compreensão dos fluxos, laços e anéis constitutivos da realidade em constante transformação. No tratamento desses fluxos, laços e anéis são desvendadas *mediações* e *contradições*. A realidade a ser conhecida, isto é, o objeto que será matéria do conhecimento a ser produzido, é problematizada sob diferentes perspectivas no seio da interlocução, de modo a gerar novos elementos teóricos que são reformulados dialogicamente, produzindo-se novas análises e sínteses para a explicação ou compreensão dos fenômenos investigados.

Ainda que as categorias lógicas do conhecimento possam ser formalmente deduzidas, segundo a natureza dos signos e de sua relação para com os seus objetos dinâmicos e seus interpretantes, as categorias analíticas e sintéticas da produção do conhecimento humano sobre as realidades são produzidas historicamente e evoluem ao longo do tempo por mecanismos de retroação, em que novos conhecimentos repõem, em novos campos de possibilidade, o emprego de categorias anteriormente formuladas ou as abandonam – como analisaremos no *Livro 6*. É por esse mecanismo que também a ciência da lógica evolui ao longo da história. Assim, a linguagem e o conhecimento, que por meio desta se produz e se expressa, estão intrinsecamente vinculados a práxis social.

1.2.4. Aspecto Epistemológico

Contudo, como podemos saber se o conhecimento que produzimos dialogicamente no seio de uma comunidade é verdadeiro ou falso? Bastaria haver um acordo comunicativo sobre alguma tese no seio de uma comunidade de especialistas no assunto para sabê-lo? Bastaria que cheguemos a um consenso sobre sua validade para que ela seja considerada científica e verdadeira? A resposta é: não.

A epistemologia dos anos 70, peculiar ao paradigma da libertação, nos diz que o critério para definir a validade dos enunciados científicos é a sua efetividade na compreensão e na resolução dos problemas, que foram investigados a partir da problematização dialógica da práxis. Contudo, sob esse paradigma não basta que a solução seja epistemologicamente válida para ser *efetivada*. Para tanto ela necessita

ser igualmente *ética*, como veremos na *Seção 1.2.11*. Se a nova práxis for capaz de efetivar correntemente os objetivos a que os atores se propõem com o emprego da solução apontada, tal conhecimento ou teoria se comprova como satisfatório para alcançar tais resultados, estando pois validado o enunciado científico pela efetividade da própria práxis. Porém, se ela violasse a ética em sua efetivação, não seria válida como solução para o problema, devendo a pesquisa prosseguir para encontrar-se alguma outra solução que seja epistemologicamente verdadeira e eticamente válida para solucionar o problema. Assim, nesse paradigma, a práxis é afirmada como elemento central da validação do conhecimento científico. Mas, por ser uma práxis de libertação, ela ao mesmo tempo impõe limites à aplicação desse conhecimento, visando promover o bem-viver de todos.

Com base nessa abordagem, se algumas hipóteses de economia de libertação, dialogicamente geradas e consensuadas, são levadas à prática e alcançam os resultados previstos, contribuindo concretamente na expansão econômica das liberdades públicas e privadas em diferentes situações onde são adotadas e testadas, então temos, por intermédio da práxis, a validação epistemológica dessas teses, estando a teoria nelas fundada comprovada, na circunstancialidade dessas realizações, possibilitando postular-se generalizações que necessitam ser igualmente problematizadas.

Por outra parte, se a teoria foi testada e não contribuiu para avançar na libertação econômica pela práxis mesma, é preciso investigar diferentes fatores que podem ter ocorrido para tal desfecho. Pode ser que o campo de possibilidades por ela requerido para sua efetividade não existia ou que ela possuía debilidades analíticas ou estratégicas. Dada a sua inefetividade, tal teoria necessita ser reformulada, reelaborada, reposicionada ou mesmo abandonada, momentânea ou definitivamente. Pode ser que quase chegou ao ponto de solucionar o problema, mas ainda lhe falte algo para que, de fato, possa alcançar a efetividade necessária.

Por fim, mesmo que uma teoria solucione um problema, outras melhores do que ela poderão surgir para melhor compreendê-lo e enfrentá-lo, num novo estágio do desenvolvimento da práxis. Isso poderá implicar a manutenção do uso daquela teoria apenas para um *emprego restrito*, destinado a algumas situações particulares, ou, mesmo, o seu *completo abandono* em favor de uma nova teoria, mais ampla e consistente. Pois, o que importa não é a teoria em si, mas a sua efetividade como fator de real libertação ante as situações de limitação da liberdade, de opressão e de dominação. Assim, em face da própria transformação libertadora da realidade ou do desenvolvimento dos processos de dominação, o

aperfeiçoamento da práxis de libertação, em sua unidade teórico-prática, leva a *aprimorar*, a *circunscrever a aplicação* ou a *abandonar* a teoria que lhe era intrínseca e a corrigir a prática em curso, potencializando a sua capacidade efetivadora. Pois nenhuma teoria crítica poupa a si mesma da própria crítica.

Desse modo, a práxis é tomada como condição *epistemológica* de validação da teoria e, por isso mesmo, também como condição do seu falseamento, de sua reformulação ou abandono. Mas como o diálogo é a condição *gnoseológica* dessa práxis, então, necessitamos de fluxos de conhecimento na comunidade – que envolvem comunicação, informação e educação – para que haja fluxos de poder coordenados, de ação *colaborativa* de poderes sobre os meios materiais e simbólicos disponíveis para o exercício da práxis, para que de fato possamos, pelo exercício da práxis, validar ou refutar o conhecimento em questão e possamos, com os conhecimentos assim validados, seguir na construção de outras economias, outros modos de produzir e de apropriar, outros sistemas de intercâmbio e de crédito e outras formações sociais que ampliem as liberdades públicas e privadas de todos, eticamente exercidas.

Desse modo, o conhecimento científico deve ser validado por uma comunidade de investigação com base na efetividade da práxis; a comunidade é o ator coletivo a quem cabe criticar o emprego da linguagem, tratar da sua consistência lógica e da sua relação com os objetos investigados, da validade da teoria e, igualmente, fazer sugestões de mudança para melhorá-la.

Em nosso caso, a comunidade de comunicação primeira, que produz conhecimentos sobre a práxis econômica de libertação, compõem-se dos próprios atores da práxis, das pessoas mesmas que estão realizando as ações econômicas solidárias, que têm suas próprias teorias sobre o que estão fazendo. É por isso que, em comunicação com elas, elabora-se um conhecimento dialógico, que tanto nos permite compreender como elas pensam a sua realidade e aprender com elas, como nos permite analisar e criticar suas teorias e práticas, ao mesmo tempo em que analisamos e criticamos também as nossas próprias. E, por fim, esse movimento de ensinar e aprender, permite gerar novos conceitos e novas categorias, novos conhecimentos e novas teorias sobre os problemas investigados e projetar, conjuntamente, melhores soluções para transformar a realidade econômica, no exercício da práxis econômica de libertação.

Esse novo conhecimento, quando formalizado e comunicado em linguagem apropriada, enriquece igualmente a ciência econômica. E, no diálogo acadêmico sobre ele, no seio da comunidade científica, outra vez, pode-se criticá-lo

e melhorá-lo, para que seja ainda mais libertador. Não há pois como produzir economia de libertação sem *partir de* e sem *retornar à* práxis social de libertação econômica e sem o diálogo com as comunidades de investigação e de ação, sobre os conteúdos teóricos e práticos dessa mesma práxis.

Assim, temos a recuperação do conhecimento científico já elaborado anteriormente, preservado e recriado nas suas instâncias de comunicação e pesquisa e, igualmente, a recuperação de um conhecimento científico que é produzido na práxis mesma de libertação, pelos atores que protagonizam essa práxis no processo de transformação de sua própria realidade. Desse modo, articulamos o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade sobre a economia com o conhecimento elaborado pelos atores da práxis de libertação econômica, gerando um novo conhecimento, que potencializa as soluções em desenvolvimento para a realização de uma nova economia, voltada ao asseguramento do bem-viver de todos.

Em síntese, a efetividade da práxis de libertação econômica é o principal elemento de validação epistemológica das teses da economia de libertação.

1.2.5. Aspecto Ontológico

O aspeto ontológico, como aqui definido, não se refere a uma reflexão sobre o *ser*, mas a uma reflexão sobre a *consistência da própria realidade*: uma reflexão sobre em que consiste a realidade e sobre como o que é real flui e permanece, se organiza e se desorganiza, se estrutura e desestrutura, emerge e bifurca, surge, toma forma, se transforma e chega a sua própria dissolução. Para tratar deste processo de fluxos, laços e anéis em constante movimento, utilizamos a abordagem de redes.

A realidade é constituída de fluxos. Estes *fluxos* interferem entre si reciprocamente, em processos de realimentação, sob *laços* de autorreforço e autoequilibração, fazendo emergir realidades como *anéis* que permanecem, mas que depois bifurcam a partir de um estágio engendrado no desenvolvimento do campo de possibilidades destes próprios fluxos, laços e anéis. Há, contudo, dois enfoques na abordagem de redes, que analisaremos detalhadamente no *Livro 6*.

Um deles inicia a investigação partindo do mapeamento de atores ou nodos. E, uma vez mapeados, analisa-se as relações que há entre eles, que laços os unem e que tipos de recursos fluem por essas ligações, quais deles são mais potenciados

por centralizar um maior número de conexões e intermediar um maior volume de recursos entre os demais etc.

Essa é a abordagem de redes mais difundida, que trabalha com a teoria matemática de grafos. Constrói-se uma matriz com os atores e as relações, que correspondem, respectivamente, no grafo, a nodos e arestas, a pontos e linhas. E com o mapeamento de atores e relações, de suas conexões e laços, gera-se um diagrama de rede. Com base nessa compreensão de rede, muitas teorias científicas foram e seguem sendo produzidas.

O outro enfoque é mais amplo e se vale da abordagem anterior apenas para alguns propósitos limitados, após realizar o mapeamento de fluxos e a análise de seus laços e anéis, que permite compreender a emergência e consistência dos nodos ou atores que passam a existir ou perdurar na rede. Trabalha-se, pois, a partir dos fluxos, não dos atores. Algumas formas de modelar esses fluxos em sistemas de rede recorrem à matemática da complexidade e à geometria fractal.

Na economia de libertação consideramos como os territórios humanos são constituídos por uma infinidade de fluxos: *materiais* – ecológicos e econômicos (fluxos de meios econômicos, de valores econômicos e de signos de valor) –; fluxos de *conhecimentos* (de informação, comunicação e educação); fluxos de *poderes* (em níveis micro e macro, políticos e sociais) etc. Da inter-relação desses fluxos, dos processos de retroação, realimentação e de interconexão entre eles, surgem os atores, surgem os nodos de rede.

A análise de rede que parte dos fluxos nos permite compreender o movimento de emergência de singularidades e do desaparecimento de realidades. Ela não revela apenas uma dada configuração que expressa as relações existentes num determinado momento, como o faz, em grande medida, a abordagem que parte dos atores ou nodos.

Sob o aspecto ontológico, a abordagem de redes nos permite tratar da consistência dinâmica da realidade, possibilitando entender como os atores e conformações deles surgem, perduram e desaparecem; permite entender que tipos de fluxos econômicos, de poder e de conhecimento são organizados para provocar essas emergências e desaparecimentos; como os fluxos ecológicos são alterados nos processos econômicos, afetando a *oikos* natural da vida e *oikos* das comunidades humanas. Pois a emergência, permanência e desaparecimento dos atores e suas interconexões dependem de como esses fluxos são organizados, de como esses laços se realimentam em anéis que perduram ou de como esses laços se desfazem levando ao desaparecimento desses anéis.

Esse tema será bastante aprofundado no *Livro 4*. Aqui veremos apenas dois exemplos particulares, em que consideramos a realidade socioeconômica, investigada a partir de seus fluxos constitutivos, para em seguida identificar os atores e classes lógicas que os agrupam, no caso do primeiro exemplo, ou a possibilidade de emergência de atores econômicos a partir da reorganização estratégica dos fluxos analisados, no segundo caso. Como veremos no *Livro 6*, também a consistência da realidade natural pode ser compreendida sob essa *ontologia*. A consistência dos ecossistemas, da realidade biológica, química e física não pode ser compreendida desconsiderando as intrincadas teias de fluxos, laços e anéis que lhes são constitutivos.

1.2.5.1. Fluxos e atores econômicos do capital

Quando analisamos o sistema econômico a partir dos fluxos de meios econômicos, valores econômicos e de signos de valor econômico, podemos, após identificar os circuitos do valor, compreender a participação contraditória dos atores econômicos em relação à realimentação desses fluxos, isto é, como eles exercem sua práxis em relação a tais fluxos.

Para compreendermos, por exemplo, o funcionamento do capital, a reprodução ampliada do valor econômico determinado como capital, sua progressão e sua acumulação privada, necessitamos compreender as metamorfoses do capital nos diferentes momentos de sua aplicação, produção, circulação, obtenção, apropriação, uso, crédito e consumo, analisando seus fluxos e os diferentes laços e anéis de sua reprodução sistêmica.

Metamorfose (*μεταμόρφωση*) significa o movimento qualitativo da forma (*μόρφωση*) que alcança uma meta (*μετα*) ou fim. Mas também pode ser entendida apenas como passagem de uma forma a outra, quando *meta-* é compreendido como o que está no meio, relacionando a forma anterior com a forma posterior ou como indicação de sequência ou sucessão.

Aqui, trata-se basicamente do movimento do capital em seus fluxos, segundo sua forma, para alcançar o seu fim que é a realização do lucro, sua acumulação como valor econômico e sua aplicação na reprodução ampliada do próprio capital, num laço de retroalimentação positiva, isto é, de autorreforço.

Na primeira passagem desse fluxo, o *capital produtivo*, em sua forma *dinheiro*, se objetiva na forma de *meios produtivos* que são os elementos tangíveis e intangíveis a serem transformados em *produto* com o concurso dos instrumentos de

trabalho requeridos para essa transformação. Mas, igualmente, se objetiva na *remuneração da força de trabalho* necessária para que essa transformação ocorra.

Na segunda passagem ocorre a sua objetivação no *produto*, que surge como resultado de um processo produtivo. Por meio do trabalho, o capital – investido em meios produtivos e trabalho vivo – se transforma em produto tangível ou intangível, que deve possuir valor de uso social – satisfazendo, portanto, alguma demanda de outrem no seio da sociedade – para que possua valor de troca. O valor do capital investido é *reproduzido* pelo trabalho e transferido ao produto. Mas o *valor a mais* que produto contém, em relação ao valor investido e reproduzido, é um *valor novo* que foi criado pelo trabalho vivo.⁵

Na terceira passagem desse fluxo o produto com valor de troca é oferecido no mercado, sendo determinado no sistema de intercâmbio social como *mercadoria*. É o fato do produto comportar *valor social de uso* o que permite que ele possa ser convertido em *valor de troca*, posteriormente determinado, sob a forma capitalista de intercâmbio, como *mercadoria*.

Na quarta passagem, a mercadoria oferecida pelo capital produtivo no mercado é intercambiada por mais dinheiro do que o investido inicialmente, realizando como *lucro* uma parte da *mais-valia* gerada pelo trabalho produtivo, completando-se o ciclo da *reprodução ampliada do valor* pelo capital produtivo.

Por sua parte, o ciclo poderia ser analisado do ponto de vista do *capital comercial* em que o dinheiro é trocado por um volume de mercadoria que é depois vendido por um preço maior. Nesta venda, após cobrir-se todos os custos da atividade de comercialização, realiza-se o lucro, que corresponde à realização de uma outra parte da mais-valia gerada no processo produtivo pelo trabalho que deu origem ao produto convertido, posteriormente, em mercadoria.

Por sua vez, a circulação do valor econômico sob o capitalismo também deve ser compreendida, do ponto de vista do *crédito*, sob a forma do *capital a juros*. Nesse caso, o dinheiro é trocado por mais dinheiro. Um montante de valor em

5 Como explica Marx, “O [valor] que ele [tempo de trabalho vivo] produz a mais não é reprodução, mas nova criação, nomeadamente, criação de novo valor, porque é objetivação de novo tempo de trabalho num valor de uso.” (Tradução nossa). [No original: “Was sie mehr produziert, ist nicht Reproduktion, sondern neue Schöpfung, und zwar neue Wertschöpfung, weil Vergegenständlichung neuer Arbeitszeit in einem Gebrauchswert.” (Marx, 1983c, p.276-277)]. Assim, como o capital investido foi anteriormente produzido pelo trabalho, todo capital nada mais é que mais-valia acumulada ao longo dos ciclos de sua produção. Conceituaremos como *reprodução ampliada do valor* aquela cujo valor do produto resulta maior que o valor investido na sua produção, compondo, portanto, igualmente, o valor novo criado pelo trabalho.

dinheiro é creditado como empréstimo ao ator econômico que dele necessita, sendo registrado num contrato, em geral, o valor em dinheiro transferido, o valor a ser restituído, a taxa de juros, o prazo e as condições de pagamento, totalizando sempre um valor final maior que o emprestado inicialmente. O contrato subordina os dois atores – o credor e o devedor. Mas, como o fluxo do *valor a mais*, recebido pelo capital creditício, permeia a produção e a circulação, a fração de dinheiro recebida que sobrepassa ao montante de dinheiro emprestado é, igualmente oriunda do trabalho produtivo que gerou o valor de uso, metamorfoseado em seguida em mercadoria, alcançando por fim a forma dinheiro. O lucro financeiro obtido, portanto, corresponde à apropriação de uma fração da *mais-valia* anteriormente produzida pelo trabalho produtivo ou à apropriação de uma parte do valor anteriormente recebido pelo trabalhador em remuneração de seu trabalho. Mas, tal lucro pode referir-se também a uma fração da *mais-valia* a realizar-se no futuro ou a uma fração da remuneração a ser futuramente recebida pelo trabalho; ou, ainda, a frações do patrimônio acumulado no passado pelos prestatários. Isso ocorre quando o credor empresta mais dinheiro ao devedor para que este salde uma dívida antiga, realizando os lucros a ela associados. E, assim quanto mais se amplia o endividamento dos prestatários, mais se amplia o volume de lucros a ser realizado no futuro pelo capital creditício, sugando para si os valores que deixarão de ser investidos na produção, na circulação e no consumo pelos endividados; ou levando-os a liquidarem ativos obtidos no passado para o pagamento futuro dessas dívidas.

Assim, temos três diferentes anéis interligados, do capital produtivo (*produktives Kapital*), do capital comercial (*kommerzielles Kapital*) e do capital creditício (*Kreditkapital*). Estão interligados no fluxo de valores no sistema, porque o valor acumulado em qualquer um desses três anéis remonta ao valor de uso produzido pelo trabalho. Isso nos dá a compreensão formal da produção, circulação e acumulação do capital. Mas quando analisarmos como os circuitos do capital se integram com os circuitos não-capitalistas de produção do valor, teremos a compreensão concreta da produção e circulação do valor econômico e como ele se manifesta em dois diferentes circuitos, como *valor-capital* e como *valor-solidário*.

Quando fazemos a análise dos fluxos, laços e anéis do circuito formal do capital podemos perceber o papel que os diferentes atores desempenham em seu dinamismo e as diferentes contradições e oposições que há entre eles, possibilitando uma compreensão da consistência da realidade mutante do capital. Na medida em que os atores do capital *financeiro* e do capital *comercial* acumulam valor com

a realização de lucros numa determinada etapa da metamorfose do capital, eles acumulam um valor produzido pelo *trabalho produtivo* que é fonte originária de sua geração, comandado numa etapa anterior de sua metamorfose pelo capital *produtivo*. A força produtiva que realiza a criação do valor, cujo poder depende dos meios de produção utilizados nessa atividade, do grau de produtividade destes em relação ao estágio de desenvolvimento científico e tecnológico já alcançado pela humanidade, repousa essencialmente no *trabalho humano*, ainda que seja indiretamente por ação robótica ou biótica – neste último caso, por organismos geneticamente modificados pelo trabalho humano, cujo dinamismo, assim alterado, gera a transformação biológica de elementos que resultam em meios com valor de uso.

Assim, sem o trabalho vivo que põe em movimento as forças produtivas e desenvolve os meios que possibilitam o seu empoderamento, não haveria o valor acumulado na forma de dinheiro nesses três diferentes anéis do capital – produtivo, comercial e creditício.

Desse modo, é a análise do fluxo de valor, do movimento de sua criação e das passagens de sua transformação nessas diferentes metamorfoses, o que permite identificar a posição de contradição dos atores na totalidade do sistema, entre os atores que personificam o capital e os atores que personificam o trabalho. Permite identificar também as alianças possivelmente existentes entre os diferentes setores do capital produtivo, comercial e creditício, com vistas à produção da mais-valia a ser realizada como lucro. Mas, igualmente, as oposições possivelmente existentes entre eles, ao disputarem, entre si, maiores frações dessa mais-valia assim produzida – como veremos ao investigar as crises do capital no *Livro 5*, quando aumenta a parcela de mais-valia realizada como lucro pelo capital financeiro, impedindo que essa fração de valor permaneça realimentando o laço de crescimento econômico, forçando inclusive os atores do capital produtivo e comercial, derrotados na concorrência contra seus rivais em meio à crise, a se desfazerem de plantas produtivas ou de circulação, liquidando-as em dinheiro para pagar empréstimos, transferindo tais valores líquidos ao capital creditício.

Com essa análise de fluxos econômicos podemos, portanto, identificar a contradição existente entre os atores do capital e os atores do trabalho. De fato, não há valor acumulado pelos atores do capital como lucro se não houver a alienação dos trabalhadores que coletivamente, pela atividade do trabalho, exteriorizam a si mesmos, de maneira objetiva, na reprodução do valor investido e na criação de novo valor. Essa alienação ocorre porque o valor realizado não é apropriado

por eles próprios, enquanto classe social que o produziu e o fez circular, mas se converte em propriedade do capital, que os subordina na condição de trabalho explorado. Entre outros fatores, tal subordinação ocorre porque a classe social que acumula e reparte os lucros entre si, detém a propriedade e o controle dos meios requeridos à produção de *valores singulares de uso*, à circulação de *valores particulares de troca* e à representação de *valores universais de crédito*.

Desse modo, a análise de rede, como veremos no Livro 6, nos permite compreender esses fluxos, laços e anéis. E percebendo a transformação dialética pela qual passam os elementos que são reproduzidos dentro da totalidade do sistema, podemos perceber a reprodução da própria classe dos proprietários do capital, a emergência dos sujeitos que repõem os atores que desaparecem e que assumem o papel destes, cumprindo a mesma função de dominação econômica na totalidade sistêmica. E, por outro lado, a reprodução dos atores do trabalho, dos trabalhadores, que operam os meios produtivos, de intercâmbio e de crédito e que são reciclados para novas funcionalidades no exercício subordinado do seu trabalho para a reprodução global do capital, seja em formas de exploração direta ou de exploração indireta de seu trabalho, como veremos na *Seção 2.2.3*

Assim, analisamos os *fluxos econômicos*, investigando as mediações, contradições e oposições nas metamorfoses do capital, para chegarmos à compreensão do *processo do capital como um todo*. Não partimos da análise dos atores para compreendermos o funcionamento da totalidade, mas dos fluxos dos meios econômicos, dos valores econômicos e dos signos de valor econômico para identificarmos os atores e as relações contraditórias, de oposição ou de composição entre eles. Mas, igualmente, analisamos os *fluxos de poder* na constituição das relações contraditórias entre os atores que são proprietários do capital e os que vendem sua força de trabalho; investigamos a posição que cada ator assume em relação aos projetos políticos em disputa que mantém ou subvertem a forma social existente de exploração do trabalho e de dominação social. Analisamos, com o mesmo grau de importância, o *fluxo de conhecimento* – informação, comunicação e educação – que é produzido em favor da contínua reprodução do sistema hegemônico, dominante, ou que é produzido para a subversão e superação desse sistema, para a supressão da alienação das pessoas com a realização de sua libertação.

Como resultado dessa análise de rede podemos perceber não apenas a existência de classes sociais, segundo a posição destas em relação aos processos produtivos, de circulação, de crédito, de uso e de acumulação ou de distribuição

do valor econômico. Podemos perceber a existência de projetos de sociedade em contradição, que envolvem diferentes atores e que permitem compreender a constituição das redes que operam com diferentes horizontes históricos na formação e sustentação de blocos políticos e sociais que são criados no dinamismo desses diferentes fluxos, laços e anéis para o aperfeiçoamento e consolidação do sistema capitalista ou para a superação desse sistema, mediante a construção de novos sistemas econômicos – com seus modos de produção, sistemas de intercâmbio e crédito, modos de apropriação e obtenção, modos de uso e consumo que lhe são peculiares; para a organização de outras formações sociais e modos solidários de conviver.

Podemos, igualmente, compreender o surgimento, permanência e desaparecimento de sistemas econômicos pelo modo como tais fluxos são conectados e realimentados em laços de autorreforço e autoequilibração e estabilizados em anéis de poder; ou pelo modo como tais laços e anéis vão definindo ou são rompidos, com a ampla reorganização, em outras bases, dos fluxos econômicos, de poder e de conhecimento que permeiam a sociedade.

Compreendendo, desse modo, a realidade, podemos, igualmente, projetar como reorganizar os fluxos econômicos para a realização do bem-viver de todos, em favor da constante expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas.

1.2.5.2. Fluxos e atores, econômicos e solidários

Vejamos agora um exemplo sobre a possibilidade de emergência de atores econômicos a partir da reorganização estratégica de fluxos econômicos, de poder e de conhecimento.

Imaginemos que seja feito um mapeamento de economia solidária num dado território, buscando identificar os possíveis *atores* solidários ali existentes – compreendidos como organizações econômicas, coletivas, suprafamiliares, autogestionadas e solidárias –, para em seguida analisar as conexões, porventura existentes, entre elas e gerar um diagrama de seus fluxos econômicos de rede. Esse mapeamento, ao final, pode apontar, entretanto, que não há naquele território nenhuma iniciativa de economia solidária, pois nenhuma atividade econômica ali existente é desenvolvida por empreendimentos que se enquadrem nesses critérios.

Porém, se fizermos um mapeamento de fluxos econômicos nesse mesmo território, para investigar a forma solidária ou opressiva de sua realização e a pos-

sibilidade de reorganizá-los colaborativamente em laços e anéis que engendrem circuitos econômicos e redes colaborativas de economia solidária, o que teremos?

Partindo do fluxo de meios de *consumo*, podemos analisar, entre vários outros aspectos, a diversidade e a quantidade do que é consumido pelas famílias, mas também do que é consumido por governos, empresas e organizações existentes no território – a depender dos níveis de abrangência adotados na investigação realizada. Analisamos, então, para o atendimento desse consumo, qual é a parcela de bens e serviços *produzida* nesse território, sob modalidades solidárias ou opressivas, e qual é parcela proveniente de outras regiões ou países, bem como quais as *potencialidades produtivas* existentes nesse território para substituir bens e serviços de origem externa. Analisamos, igualmente, o volume de *poupança* ou de *endividamento* aí existentes, bem como o volume dos recursos monetários que fluem por distintos mecanismos nesse território e avaliamos em que medida eles poderiam ser mobilizados para a organização de iniciativas econômicas solidárias, visando ao atendimento da maior parcela possível das demandas de consumo mapeadas. Sob o aspecto do *fluxo de conhecimento*, identificamos os saberes e competências requeridos à produção dos bens e serviços mais consumidos e que poderiam ser priorizados para oferta, em vendas, trocas e dádivas num futuro circuito econômico solidário: quais desses conhecimentos podem ser obtidos com maior facilidade nesse ou em outros territórios, particularmente junto a instâncias públicas e atores solidários e qual o grau de complexidade a enfrentar no desenvolvimento das capacidades produtivas requeridas para o uso das tecnologias necessárias ao atendimento dessas demandas.

E, uma vez mapeados e compreendidos analiticamente esses principais fluxos, a pergunta que norteia o próximo passo é: como reorganizar, de modo libertador, os fluxos econômicos desse território?

Sabemos que se os fluxos de *consumo de famílias e de organizações* desse território, que antes eram atendidos no mercado capitalista, forem canalizados para *empórios solidários*, isso viabilizará o surgimento de um determinado número desses empreendimentos econômicos, cujos *excedentes de valor*, obtidos em suas atividades de comercialização, não mais serão realizados como lucro privado nos circuitos econômicos do capital, mas como excedentes solidários, que podem alimentar *fundos de crédito* para financiar iniciativas de libertação econômica em circuitos econômicos solidários.

Se tais fluxos de consumo, que antes eram atendidos com produtos oriundos de outras regiões, puderem ser atendidos por iniciativas solidárias do próprio territó-

rio, financiadas com créditos solidários locais, conectando solidariamente fluxos de conhecimento, potencialidades produtivas existentes e créditos monetários e não-monetários locais, o que ocorreria? Surgiriam atores produtivos solidários, que antes não existiam e cuja produção estaria direcionada para atender às necessidades das próprias comunidades locais. Assim, os primeiros empreendimentos a serem criados estão no setor de intercâmbio. E, com os excedentes por eles obtidos, canalizados a fundos comunitários, são criadas iniciativas produtivas para realizar a substituição progressiva de produtos não solidários por produtos solidários e ecológicos – começando pelo que for mais simples e avançando para o que for mais complexo.

Elemento essencial para a conexão do consumo, intercâmbio, produção e crédito é a organização de circuitos econômicos solidários, como veremos mais adiante.

A integração regional, nacional e internacional desses circuitos em redes colaborativas, particularmente por meio de *plataformas eletrônicas*, permite que seus fluxos econômicos, de poder e de conhecimento se retroalimentem, em laços de autorreforço e de autoequilibração, no fortalecimento do conjunto das iniciativas econômicas por eles integradas, em diferentes níveis de anéis, locais e globais, interligados colaborativamente.

Assim, a conexão – em circuitos e redes – dos fluxos de consumo, conhecimento, poder e valor em laços de realimentação, cria as condições de possibilidade para a emergência e sustentação de novos atores de economia solidária. Pois, conectando o *consumo* com seu *atendimento*, ocorre a emergência e sustentação de iniciativas de economia solidária num território, onde não existiam tais iniciativas de intercâmbio, crédito ou de produção de bens e serviços.

Em síntese, são mapeados os fluxos econômicos e a partir de sua análise pode-se projetar *estrategicamente* como reorganizar tais fluxos em *circuitos econômicos solidários*, autogestionados pelos trabalhadores e por suas comunidades, possibilitando a emergência e a sustentação de atores econômicos solidários que antes não existiam.

O aspecto ontológico, portanto, diz respeito não somente ao que há, mas igualmente ao que se pode realizar, ao que pode vir a ser, a partir do campo de possibilidades existente, pela reorganização dos fluxos, laços e anéis mapeados. Pois, conectando-se fluxos econômicos, de poder e de conhecimento, pode-se criar realidades que antes não existiam.

A modelagem matemática para a análise e projeção da reorganização desses fluxos é feita com as matemáticas *discreta* e *complexa*, usando-se funções re-

cursivas e compostas, e com a adoção de técnicas fractais no estabelecimento de parâmetros de fluxos de consumo, fluxos de produção e fluxos de crédito em sistemas de rede, para a emergência e a bifurcação de iniciativas de economia solidária em circuitos econômicos, que explicitaremos em detalhe no *Livro 2*, dedicado à *libertação das forças produtivas* e no *Livro 6* dedicado à *Compreensão e Modelagem da Transformação do Real*.

* * *

Em síntese, os seres humanos têm necessidades por atender e para tanto produzem os meios simbólicos para intercâmbio de conhecimento, meios econômicos (bens e serviços) para o atendimento de suas necessidades e organizam conformações de poder para coordenar suas ações. Isto resulta numa *formação social* que tanto organiza os modos de produzir, creditar, intercambiar, obter, apropriar, usar, aplicar e consumir os valores econômicos, quanto ordena o modo de exercício do próprio poder político e social.⁶

Assim, ao investigarmos ontologicamente a *consistência* humana – posto que não há indivíduo sem comunidade nem comunidade sem indivíduos – reconhecemos a existência de inúmeros fluxos de conhecimento, fluxos de recursos materiais e fluxos de poder, entre tantos outros, na base constitutiva das comunidades humanas e dos indivíduos que as compõem. Trata-se de compreender como esses fluxos operam, em processos de dominação ou de libertação, e como se pode reorganizá-los, para construir novas sociedades, cada vez mais livres e libertadoras.

6 Adotamos, em geral, a expressão *formação social* e não *forma social*, porque formação corresponde ao ato, efeito ou modo de formar; refere-se à constituição, criação ou formadura de algo. Guarda, portanto, na mesma palavra, o processo, o modo e o resultado da contínua metamorfose das sociedades, seja para a reprodução de um mesmo modo de produção, de intercâmbio e de crédito, seja para a sua transformação com a formação de uma nova sociedade. Outros autores, entretanto, preferem empregar a noção de *forma social*, talvez para melhor caracterizar uma configuração permanente na relação de *estruturas*, com respeito ao modo como a infraestrutura econômica da sociedade se articula com suas superestruturas política e ideológica. Resultado idêntico obtemos com o emprego da categoria de *anel*, que mostra como os fluxos materiais de poder e de conhecimento, em laços de retroação, permeiam as esferas econômicas, políticas e culturais da sociedade em seu contínuo processo de reprodução da formação social. Em algumas passagens, entretanto, também usamos a expressão *forma social*, com o mesmo significado que adotamos para *formação social*.

1.2.6. Aspecto Lógico

A ontologia, como a concebemos, trata de explicitar a *consistência* do que há e do que pode haver considerando seus fluxos, laços e anéis enquanto propriedades do real. A lógica, por sua vez, aborda as propriedades formais desse jogo de categorias e de sua articulação, conferindo rigor aos movimentos de análise e síntese para a compreensão e intervenção sobre os elementos *daquilo* que *consiste* e sobre as propriedades elementares de seu fluir, emergir, permanecer e deixar de haver. Ela investiga as condições requeridas, tanto para afirmar, limitar e negar validamente qualidades e quantidades referidas aos objetos dinâmicos e às suas transformações, quanto para generalizar, particularizar e individualizar afirmações, limitações e negações sobre a sua *consistência* em seu fluir, em sua *emergência, estabilidade e dissolução* como algo real.

Descrever as propriedades de um *estado* de algum *sistema* e a sua articulação pode não explicar como o sistema chegou a tal estado e nem como ele pode transitar desse estado para um outro, como pode perdurar ou se extinguir. O foco lógico na identidade do que permanece como regularidade pode desconsiderar como a emergência imponderada de singularidades, que sua transformação encerra, pode levar à catástrofe do sistema e a emergência de outro, a partir do campo de eventos que sua dissolução acarreta.

Posicionar o foco lógico no movimento e desenvolver uma abordagem lógica adequada a tratar da emergência, permanência e dissolução de consistências é o desafio de um pensamento de libertação. Pois ele necessita pensar situações de dominação e de libertação e ao mesmo tempo compreender os elementos do sistema em análise que podem evoluir para a realização de novas formas de dominação ou a estados que melhor sirvam ao exercício das liberdades de todos.

Daí a exigência de uma lógica que seja capaz de dar conta não apenas de uma situação determinada do sistema, mas igualmente de compreender como os fluxos materiais, de poder e de conhecimento fizeram emergir o estado sistêmico que há, compreender como os laços e anéis existentes o estabilizam e como a alteração nos fluxos materiais, de poder e de conhecimento, no engendramento de novos laços e novos anéis, permite fazer desaparecer esse sistema e fazer emergir um outro.

Ela considera, pois, a relação intrínseca entre *qualidades* e *quantidades* desses fluxos nesses laços e anéis e como a alteração endógena da *medida* que os integra ou a interveniência exógena de fatores, anteriormente não-incidentes, pode afetar essas relações e levar à dissolução de realidades existentes e ao surgimento de

outras que não havia. Trata-se de explicitar a consistência da relação existente entre variáveis qualitativas e quantitativas nos fenômenos investigados e compreender como a alteração dessas variáveis pode resultar na transformação do próprio sistema.

Identificados os princípios que operam na base desses laços e anéis, pode-se compreender como a alteração de quantidades, em determinados graus ou níveis, pode acarretar a alteração de qualidades gerais do sistema com um todo. E para efeitos de monitoramento, deve-se identificar tanto as variáveis quantitativas *contínuas*, que podem assumir qualquer valor – como o tempo de trabalho requerido à efetivação de um produto, por exemplo –, quanto as variáveis quantitativas *discretas*, que assumem valores inteiros e não fracionáveis – como o número de pessoas ou de empreendimentos num circuito, por exemplo. Pode-se, então, operar logicamente com diferentes valores, considerando-se diversos graus de determinação e de indeterminação desses valores com relação a essas quantidades e qualidades. Assim, uma atividade de produção e de consumo que é ecologicamente sustentável em pequena escala num dado ambiente pode deixar de sê-lo se for ampliada em sua escala, aumentando as quantidades de recursos extraídos do ecossistema ou lançados nele como resíduo. Mas, do mesmo modo, poderá deixar de sê-lo, se, mesmo mantidas tais proporções, outros processos que ocorrem no ambiente alterarem o plano de consistência que tornava essa atividade possível.

Essa análise lógica, ao investigar os processos do devir do real, trabalha com fatores endógenos e exógenos a serem mapeados e compõe variáveis determinadas e indeterminadas em relação a um dado plano de consistência, com o seu conjunto de laços e de anéis específicos. O principal desafio dessa análise, quando tem por objeto sistemas dinâmicos socialmente realizados, é perceber as diferentes possibilidades abertas da transformação deles, tomando como elemento central o exercício da liberdade dos atores com respeito à emergência, estabilidade e dissolução de tais sistemas.

De fato, a progressiva alteração de quantidades e qualidades das variáveis de um dado sistema altera as condições de possibilidade do exercício da práxis sobre elas. E os seres humanos, como atores da práxis, são capazes de imprimir diferentes sentidos históricos à realidade, interferindo sobre essas novas realidades de maneira recorrente ou singular. Assim, independentemente de possíveis leis gerais formuladas a respeito da transformação de tais sistemas, com base nas recorrências identificadas ao longo da história, e que tenham determinado a conformação social vivida até então, o exercício da liberdade humana possibi-

lita aos seres humanos criar o novo e não apenas repetir o velho. Desse modo, se podemos afirmar como lei geral que todos os seres humanos que possuem necessidades insatisfeitas tendem a buscar os meios que possam satisfazê-las, por outra parte, as formas de obtenção e modos de apropriação de tais meios para a satisfação dessas necessidades tende a variar segundo as possibilidades do exercício histórico de sua liberdade.

Veremos, por exemplo, no *Livro 2*, em que tratamos da libertação das forças produtivas, uma forma matemática de modelar – com um sistema de funções recursivas e interdependentes – a reorganização dos fluxos de consumo, produção e investimento. Tal reorganização possibilitaria fazer desaparecer o sistema capitalista e fazer emergir um sistema econômico solidário. A efetividade histórica dessa alternativa, entretanto, depende da liberdade humana e não de algum determinismo econômico, com veremos no *Livro 4*, em que tratamos do uso do valor econômico e da libertação das comunidades humanas.

Do mesmo modo como podemos falar da *realidade* econômica e da *ciência* econômica, também podemos considerar a lógica no âmbito de uma teoria da *realidade* e no âmbito de uma teoria do *pensamento*.

No primeiro caso, na busca por compreender a coerência do fluir do real, ela é referida à unidade integradora de *propriedades* ou *padrões* inerentes à interação dos fluxos da realidade em laços que, por recorrência regular dessas propriedades: tanto *engendram* os anéis do que há em constante devir ou do que pode haver por força de sua transformação ou dissolução; quanto *limitam* o seu dinamismo, permanência e transformação ao campo de possibilidades existente da realidade presente; como também *eliminam* os anéis de consistência do que havia ou a eventualidade do que poderia haver como emergência num campo de possibilidades que não mais há e não mais haverá como realidade. A lógica, assim considerada, evoca, por analogia, um significado próximo à noção originária de *logos* no seio da filosofia grega antiga, como aquilo que *ordena* o *caos* na realização da *physis*, ou um significado próximo a uma dada noção de *lógica objetiva*, em referência a propriedades externas ao conhecimento que podem ser identificadas no devir do real. Nessa acepção, pode-se dizer que a regularidade de fenômenos observados que se repetem em condições similares possui uma lógica intrínseca, nesse caso uma relação geral de causalidade necessária, ainda que não tenhamos compreendido os fatores particulares determinantes de sua ocorrência.

No segundo caso, como ciência do raciocínio, ela trata da validade da formalização simbólica dessas relações, ao explicitar as categorias, seus padrões

articuladores e as determinações mais gerais da ordenação do pensamento para a correta compreensão e adequada explicitação das propriedades dos diferentes objetos dinâmicos do conhecimento – pois as categorias do pensamento e as relações entre elas, em qualquer ciência particular, necessitam estar logicamente ordenadas para que se possa demonstrar a validade de seus raciocínios dedutivo, indutivo e abduutivo e expressar, com diferentes graus de probabilidade, segundo a natureza de cada ciência, a veracidade das suas afirmações sobre seus objetos, sejam formais, naturais ou sociais.

Assim, investigando as relações entre os elementos ínsitos na *emergência* de uma consistência, em sua *estabilidade* ou em sua *desrealização* – considerando a união, limitação e separação de tais elementos, a sua composição, modificação e dissolução⁷, a sua conformação, transformação e destruição, a sua afirmação, transição e negação – identificam-se as diferentes implicações necessárias, suficientes e bicondicionais que as tornam reais ou possíveis.

Desse modo, no que se refere à superação sistêmica, cabe destacar que sob a perspectiva dos elementos constitutivos do sistema antigo, no que se refere à *desrealização* deste, tem-se a separação, dissolução, destruição e negação de tais elementos, segundo sua natureza em relação ao novo sistema; mas simultaneamente a esse movimento, no que se refere à emergência do novo sistema, tem-se a união, composição, conformação e afirmação de novos elementos ou de elementos antigos com a reorganização de fluxos econômicos, de poder e conhecimento em novos laços de autorreforço e autoequilibração, dando origem a novos anéis que estabilizam o novo sistema.

Somente quando logicamente formulado, o conhecimento científico produzido poderá ser compreendido no seio da comunidade de investigação e de práticas; poderá ser testado, falseado ou validado, segundo os cânones de cada ciência particular por meio de uma práxis específica ou no seio da práxis social de comunidades humanas.

O objetivo da análise lógica dos fluxos econômicos, portanto, é duplo. De uma parte, trata-se de explicitar os padrões subsistentes ao contínuo dinamismo do real, na múltipla relação dos fluxos que o constituem – particularmente os padrões recorrentes de dominação e de libertação econômica, no caso específico da

7 *Dis-posição* seria o termo formalmente mais adequado pelo prefixo *dis-* indicar separação, dispersão e negação da posição anteriormente existente. Mas o uso cotidiano dessa expressão exclui tal significado, razão pela qual usamos dissolução.

economia de libertação. De outra parte, com a identificação de tais propriedades recorrentes, trata-se de possibilitar a formulação de um conhecimento logicamente consistente acerca do objeto investigado, tornando esse conhecimento comunicável de maneira rigorosa e possibilitando a sua verificação epistemológica pela práxis, para uma interferência segura sobre o real, que faça emergir aquilo que ainda não há, mas que pode haver, graças às propriedades relacionais compreendidas a partir dessa investigação sobre o que há e sobre o que pode haver com a transformação da realidade compreendida.

Uma das principais lógicas, reformulada ao longo da história, que investiga a transformação da realidade, concebe dialeticamente a *essência* a partir da tríade *ser, nada e devir*. A lógica com a qual trabalhamos, concebe a *consistência* dessa transformação, considerando as propriedades lógicas inerentes à realidade e ao pensamento, a partir da relação entre *fluxo, laço e anel* – que permitem modelar o conhecimento e a intervenção sobre o que há, tanto sob o princípio da *distinção*, na consideração de *singularidades* emergentes, quanto da *contradição*, segundo a natureza dos processos investigados. Neste segundo caso, ela possibilita operar com a *contradição* ontológica, formalizada como um tipo de causalidade bicondicional em *relação de mútua implicação*, como a existente entre o credor e o devedor, pois a realidade de um supõe a realidade de outro; ou formalizada como um tipo de *condicionalidade necessária* de um termo em relação a outro, como a existente entre o trabalho em geral e o capital em geral, pois se não há capital sem trabalho, por outro lado pode haver trabalho sem capital, sendo pois, logicamente, a qualidade do trabalho mais simples que a qualidade do capital.⁸ Em razão disso, a eliminação da relação contraditória – como *condicionalidade necessária* – entre capital e trabalho, elimina o capital, mas não elimina o trabalho. Por outro lado, como não pode existir ontologicamente *venda sem compra*, a compra do trabalho pelo capital instaura uma relação de *contradição ontológica* que une dialeticamente a ambos, no processo de exploração do primeiro pelo segundo – com a criação da mais-valia pelo trabalho no processo da *produção* dos valores de uso e sua realização como lucro pelo capital no processo da *circulação* dos valores de troca. Nesse caso, a eliminação da relação contraditória – como *bicondicionalidade* ou *mútua implicação* –, elimina ontologicamente os

8 Peça atenção ao leitor para que não confunda a noção de *con-sistere*, com a qual trabalhamos, com a ideia de *consistência formal* das teorias lógicas fundadas no princípio de não-contradição. Pois, muitos laços que fazem emergir a realidade podem ser logicamente formalizados como contraditórios, como a contradição existente entre capital e trabalho assalariado, por exemplo.

dois polos da contradição, pois se não houver a compra do trabalho, tampouco haverá a sua venda.

Considerando, *essencialmente*, a *contradição ontológica* presente na *relação dialética* entre ambos, inerente à reprodução ampliada do capital, se o trabalho se liberta, com a apropriação dos *meios de produção* pelos trabalhadores num determinado país – seja diretamente com a propriedade de tais meios em processos autogestionados ou indiretamente com a sua apropriação social mediada pelo Estado – mais do que *limitar* a reprodução ampliada do capital pelo trabalho nesse país, isso levaria à própria dissolução do capitalismo em seu interior, por abolir a contradição ontológica essencial que unia a ambos, pondo fim à exploração do trabalho contratado pelo capital.

Porém, compreendidos os fluxos, laços e anéis que integram o trabalho e o capital no plano de sua *consistência*, como veremos, a superação dessa contradição ontológica em que o capital compra trabalho – para comandar a produção do valor de uso – não suprime necessariamente a exploração do “*trabalhador livre*” pelo capital. Pois a acumulação capitalista do valor econômico, produzido pelo trabalho autogestionado e pelas economias socialistas, pode ocorrer no sistema de intercâmbio das mercadorias e dos signos de valor, em processos de *exploração indireta* desse trabalho ou de *expropriação e espoliação* de valores por ele gerados. Tais processos de exploração indireta, expropriação e espoliação possibilitam capturar, na reprodução sistêmica do capitalismo, os movimentos de *produção exógena do valor* que tentam subvertê-lo, mas que acabam submetidos, em alguma passagem de sua reprodução, aos circuitos econômicos do capital. Tal submetimento ocorre pela ausência da liberação dos meios de intercâmbio e de crédito, necessários à reprodução ampliada do valor solidário. A dependência de fatores exógenos para a sua realização termina por submeter o fluxo de valores dessa reprodução a laços econômicos que potencializam a própria *reprodução ampliada do capital* – como veremos nas *Seções 2.1.2 e 2.2.4*.

Assim, não se trata de produzir categorias lógicas, por algum processo formal de natureza transcendental, idealista ou pragmática e depois aplicá-las ao real. Mas, por meio da práxis, investigar o real e abstrair as propriedades lógicas que lhe são inerentes, formalizando-as como categorias analíticas – demarcando seu

significado e as regras de seu emprego – para a melhor compreensão e transformação da própria realidade⁹.

Desse modo, todas as categorias analíticas assim produzidas, com seus diferentes graus de generalidade e particularidade, operam formalmente como categorias lógicas, pois permitem organizar a informação obtida do real segundo padrões interpretativos que possibilitam compreender e transformar a realidade.

A validação da interpretação dos objetos dinâmicos, por meio do uso das categorias analíticas, como signos simbólicos integrados em proposições e raciocínios, requer: que seu emprego respeite as propriedades lógicas de sua articulação nas proposições e de inferência a partir destas; que sua qualidade semântica, na representação do objeto no pensamento, possa ser verificada na práxis com base em signos indiciais do objeto que ela representa; que a comunicação do conhecimento respeite tanto as regras estabelecidas coletivamente sobre o emprego dos sinais linguísticos para a modelagem dos signos indiciais pelos signos simbólicos quanto as propriedades lógicas do real e do conhecimento a ser comunicado.

Com essa abordagem, partindo sempre da consistência do real, devemos tratar da libertação considerando seus aspectos negativos e positivos, respectivamente relacionados a *libertar de* impedimentos e a *libertar para* realizações. Em ambos os casos, trata-se de compreender os fluxos, laços e anéis constituintes de cada realidade investigada, formalizando as propriedades dessas relações com base em dados indiciais, de modo a gerar os conhecimentos necessários à sua transformação.

Libertar de impedimentos pode, igualmente, ser compreendido de dois modos. No primeiro caso, trata-se da libertação como práxis contraposta à dominação, compreendia esta sob o princípio de contradição; trata-se da libertação de quem esteja submetido à exploração do trabalho, expropriação no intercâmbio, espoliação no crédito, à exclusão na satisfação de suas necessidades e a outras formas de dominação econômica, as quais são abolidas com a realização da libertação econômica do polo relacionalmente negado pela exploração, expropriação, espoliação, exclusão e dominação. No segundo caso, trata-se da libertação com respeito a impedimentos que se caracterizam como limitações à expansão do exercício da liberdade, que pode ser alcançada com o desenvolvimento e apropriação social

9 As categorias lógicas do pensamento e as relações estabelecidas entre elas no plano da razão devem corresponder às propriedades dos objetos dinâmicos reais em seu fluir e às propriedades relacionais ou padrões ordenadores inerentes aos fluxos, laços e anéis de sua consistência. Somente respeitando essas duas condições, pode-se realizar a dimensão apofântica da linguagem na expressão de um conhecimento epistêmico que se refere validamente ao objeto dinâmico investigado.

de novos meios para a sua realização. Assim, a invenção de uma nova tecnologia e a sua apropriação social, por exemplo, podem contribuir para que as pessoas e comunidades humanas se libertem de uma limitação anterior, criando uma nova situação de realização da liberdade, um novo campo de possibilidades para o seu exercício; mas isso não significa, entretanto, que a tecnologia anterior estivesse necessariamente sendo usada de forma dominadora, opressiva ou excludente.

Portanto, do ponto de vista lógico, não basta que ocorra a libertação dos seres humanos com a superação das sociedades de classe, superando as relações contraditórias de poder econômico entre a classe trabalhadora e a classe dos proprietários dos meios de produção, intercâmbio e crédito para que a libertação econômica tenha se concluído. Se por um lado, as formas de dominação podem ser reinstauradas, requerendo novamente processos de libertação para enfrentá-las, por outra parte, mesmo que formas opressivas não sejam reinstauradas, ainda assim é necessário avançar na práxis de libertação, criando-se condições para que novos meios, que ampliem ainda mais as liberdades, possam ser inventados, realizados e compartilhados.

A lógica peculiar ao paradigma da libertação é, portanto, polivalente, escapando da dualidade que reduz a libertação à mera supressão da contradição entre atores ou classes de atores. Entre os polos binários de opressor e oprimido, por exemplo, pode-se estabelecer um extenso leque de valores, associados a indicadores que permitem identificar, de forma objetiva, diferentes graus no exercício da opressão e na subsunção do real em relação a tais valores. Isso possibilita definir diferentes modos de afrontar o real, segundo a natureza e a intensidade das práxis de dominação e de libertação, logicamente compreendidas pela consideração de tais indicadores, modelados sob um jogo apropriado de categorias analíticas. O conceito de bem-viver, por exemplo, embute em si um conjunto de aspectos indiciais relacionados aos fluxos materiais, de poder e de conhecimento, que permitem um confronto lógico com as práxis de dominação e de libertação, possibilitando criticá-las, considerando em que medida – com o tratamento dado a esses fluxos – elas expandem, limitam ou fazem regredir as condições de possibilidade de realização das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Por outra parte, por considerar o modo como os *fluxos* de meios materiais, de poder e de conhecimento retroagem em *laços* de autorreforço ou de autoequilíbrio, engendrando realidades estáveis, como anéis, que permitem expandir ou reduzir as liberdades públicas e privadas de todos, tal lógica possibilita, igualmente, *projetar processos de libertação onde não exista processos de dominação*,

mas sim formas insatisfatórias de organizar os fluxos materiais, de poder e de conhecimento, segundo os estágios que vão sendo alcançados de desenvolvimento científico, cultural e tecnológico que impactam nas *forças* produtivas, de intercâmbio e de crédito e nas *relações sociais* correspondentes, para com sua reorganização fazer emergir realidades em que as liberdades de todos possam ser exercidas de maneira ainda mais ampliada.

Voltaremos ao tema dessa lógica polivalente no *Livro 5*.

Cabe salientar, nessa *Introdução*, que o antagonismo entre o sistema econômico do capital, já efetivado, e o sistema econômico solidário, em construção, se manifesta na categoria de *limite*. Do mesmo modo que a reprodução do capital estabelece limites de contenção e de assimilação para a reprodução de uma economia solidária, buscando esvaziá-la de sua capacidade subversiva, a expansão desta, numa perspectiva libertadora, vai reposicionando tais limites em detrimento da reprodução do sistema do capital e em favor da expansão da nova economia – como ocorre com a expansão dos circuitos econômicos solidários realizando, como crédito solidário para libertação econômica, valores que antes eram realizados como lucro pelo capital produtivo, comercial ou financeiro.

Esses limites estão em constante disputa, versando sobre como os fluxos econômicos, de poder e de conhecimento são retroalimentados: para o fortalecimento dos anéis do capital, dos circuitos e da circulação do capital em sua reprodução ampliada e contínua acumulação; ou para o fortalecimento dos anéis da economia solidária, dos circuitos e da circulação do valor em sua reprodução ampliada e contínua distribuição para o bem-viver de todos.

Entre um polo, a realidade do capital, e o outro, a realização da economia solidária que suprime a realidade da economia capitalista, há uma passagem histórica e antagonica entre vários distintos projetos de sociedade que somente podem ser compreendidos em suas diferentes realimentações de ambos os sistemas com o emprego de uma lógica polivalente.

Veremos, no final desse livro, nas *Seções 7 e 8*, diferentes graus de captura ou de enfrentamento das práticas de libertação econômica pelo capital e como a economia solidária de libertação pode, explorando as fendas sistêmicas inerentes à lógica de reprodução e acumulação do capital, seguir avançando com ações estratégicas de libertação econômica.

1.2.7. Aspecto Semiótico

Toda produção do conhecimento – em seus aspectos lógico, ontológico, epistemológico, ético e estratégico, como qualquer produção cultural humana – requer alguma linguagem, requer fluxo de informação, interpretação e comunicação. Na produção de qualquer conhecimento, necessariamente ocorrem *semioses*, isto é, movimentos em que objetos dinâmicos desencadeiam fluxos de *signos*, cujo emprego vai sendo modificado por novas interpretações, integrando-se-lhes novos sentidos, nexos e carga de significados na recorrência e transformação do que já sabemos sobre o objeto investigado e outros que lhe são similares. Gera-se, desse modo, uma nova compreensão sobre o objeto em questão, que possibilita, igualmente, um novo tipo de interferência sobre ele e a emergência, a partir desta práxis, de novos signos relacionados a esse mesmo processo de conhecimento e de transformação desse objeto.

A definição de signo, embora central para o conhecimento científico, é, entretanto, bastante controversa, razão pela qual cabe-nos indicar o que por ele entendemos ao tratar da *economia de libertação*.

A compreensão adequada de signo é crucial para entendermos não apenas o modo como se aborda a natureza do *dinheiro*, como signo de valor de troca no processo de intercâmbio, ou o estatuto de realidade dos *bens intangíveis*, mas, especialmente, para compreendermos a própria noção de *valor econômico*, como *valor singular de uso* de um produto, como *valor particular de troca* de elementos que são postos em intercâmbio, como *valor universal de crédito econômico* no reconhecimento das capacidades e necessidades dos seres humanos entre si.

Essa compreensão é essencial para entender como ocorre a integração do singular e do universal, do tangível e do intangível, dos fluxos materiais e dos fluxos de conhecimento. Ela é imprescindível para tratar do valor como propriedade de um produto em relação a uma necessidade atendida com seu emprego; do valor como propriedade de produtos e de signos de valor relacionados entre si no processo de intercâmbio; do valor como propriedade dos seres humanos, assentado na relação que estes mantêm entre si, mediada pelo crédito gerado no seio de uma comunidade. Mas, igualmente, é necessária para tratar da relação entre o valor e o trabalho que gera o produto; entre o valor e o conhecimento científico que, aplicado tecnologicamente, expande as forças produtivas e de intercâmbio, que efetivam o produto pela transformação do real e o fazem circular para que alcance o seu destino final.

E como os movimentos dessa constante metamorfose não têm fim, necessitamos de uma noção de semiose apta a tratar da *infinitude*, relacionada, entre outros aspectos, ao desenvolvimento das forças de produção, de intercâmbio e de crédito, do conhecimento humano e da liberdade humana.

Para uma aproximação inicial ao conceito de *signo*, com esse horizonte, serve-nos uma das definições elaboradas por Charles Sanders Peirce (1972a, p. 130): signo é

qualquer coisa que leva a algo diverso (seu *interpretante*) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere (seu objeto) de maneira idêntica, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo e assim por diante, *ad infinitum*.¹⁰

Por sua parte, Euler (1922) introduz, na história da matemática, o conceito de *função* em sua *Introductio in analysin infinitorum*, sendo a *função* uma ferramenta matemática adequada a esse propósito, à análise do infinito. Quando operada de forma recursiva, o que resulta no conjunto da imagem se integra no conjunto do domínio, e assim, o que resulta da interpretação do objeto, se converte em novo objeto de interpretação num movimento sem fim.

A modelagem semiótica e matemática do real – que necessitamos para a abordagem da libertação – trata, pois, necessariamente de uma progressão de fatores requeridos à progressão da liberdade *ad infinitum*. Ela se assenta no pressuposto que a *análise* do universo ou da *consistência* de qualquer objeto *poderia* ser levada ao *infinito*, não havendo portanto o elemento que seja o mais simples, como o suposto por Descartes em suas meditações; razão pela qual a análise necessita parar em algum momento, para realizar o movimento de retorno, elaborando a *síntese* do conhecimento já alcançado ao desvendar fluxos, laços e anéis constituintes do objeto investigado – sempre havendo, portanto, realidade desconhecida para além do conhecimento já realizado.

Mas, refletindo sobre a própria liberdade e seus modos de realização, que estabelecem totalidades nas quais as pessoas podem se converter em objetos funcionais à realização de projetos que lhes são impostos, Emmanuel Lévinas (1961) inaugura uma posição filosófica sobre a ética em sua obra *Totalité et Infini*, ao afirmar a condição de qualquer ser humano como *exterioridade infinita*

10 Em outra passagem Peirce destaca que “every reasoning involves another reasoning, which in its turn involves another, and so on ad infinitum. Every reasoning connects something that has just been learned with knowledge already acquired so that we thereby learn what has been unknown.” (Peirce, 1974, CP 4.536)

do que se possa dele conhecer, considerando o *outro* como *infinito* em relação a qualquer forma de totalização possível que pretenda subsumi-lo.

Assim, a reflexão sobre a libertação econômica – dado que a libertação é um movimento sem fim – requer um instrumental semiótico, matemático e filosófico adequado ao tratamento do *infinito* e da realização do *finito*, ciclo a ciclo, no exercício da liberdade humana, sempre determinada, num plano de consistência que estabelece num sistema coordenado espaço-tempo¹¹.

Na *fenomenologia* de Peirce, que remonta às elaborações lógicas de Kant e Hegel, e cujas limitações trataremos no *Livro 6*, tudo o que aparece à consciência pode ser compreendido sob três *categorias* lógicas que, em 1867, denominou como *qualidade*, *relação* e *representação* – substituindo, posteriormente, *relação* por *reação* e *representação* por *mediação*. Até adotar, de forma recorrente, a terminologia de *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade* para esses três níveis analíticos.

Investigando a produção do conhecimento e a dinâmica da natureza, considerando esses três níveis, Peirce (1972b, p.100) estabeleceu outras três tricotomias na análise dos signos:

a primeira, na dependência do signo ser, em si mesmo, mera qualidade, existente concreto ou lei geral; a segunda, na dependência da relação do signo para com seu objeto consistir em o signo ter algum caráter por si mesmo ou estar em alguma relação existencial para com aquele objeto ou em sua relação para com um interpretante; a terceira, na dependência de seu Interpretante representá-lo como signo de possibilidade, signo de fato ou signo de razão.¹²

Considerando o signo em relação ao seu objeto, nesses três níveis, temos o *ícone*, o *índice* e o *símbolo*. Cabe salientar que um signo pode se tornar objeto

11 O conceito de espaço-tempo, como um sistema de coordenadas para descrever eventos de rede, possibilita perceber um mesmo movimento de fluxos econômicos sob planos de realização distintos, considerando a intersecção entre eles – como por exemplo, a interconexão dos circuitos econômicos do capital e dos circuitos econômicos solidários, em que o valor produzido pelo trabalho no circuito solidário, pode tanto retroalimentar o crédito solidário no plano de consistência desse circuito, quanto retroalimentar a realização de lucros do capital produtivo, comercial e financeiro no plano de consistência do circuito econômico do capital.

12 De certo modo, a clássica distinção da fenomenologia dialética hegeliana do ser *em si*, *para si* e do *em si e para si* é substituída na fenomenologia de Peirce por uma distinção do signo *em si*, do signo *para com o objeto* e do signo *para com o interpretante*. Afinal, não pode haver *interpretante sem objeto* e *signo*, tal como não pode haver, para Hegel, a síntese dialética do *em si e para si* se os momentos do ser *em si* e do ser *para si* não precedem a essa síntese.

de outro signo e que qualquer objeto pode se tornar signo de outro objeto; bem como, que o signo tanto pode representar falsamente o objeto quanto pode representá-lo verdadeiramente.

O *ícone* se refere ao seu objeto correlato por similaridade, possuindo características peculiares que o assemelha em algo ao seu objeto, sem que haja alguma reação ou relação física de geração do ícone pelo objeto – por exemplo, o desenho de uma borboleta e ela própria.

O *índice* (ou *indicador*) refere-se ao objeto em razão de estar realmente afetado por ele, não sendo pois a mera semelhança que o torna signo do objeto, mas a sua modificação por força do objeto. Trata-se de algo que há, singular, determinado, num lugar e momento, significando uma outra coisa também existente e determinada. Há, aqui uma conexão física, cabendo ao intérprete apenas denotar a presença da conexão – como, por exemplo, a conexão entre a fumaça e o fogo.

O *símbolo* se refere ao objeto por força de uma *convenção* ou *lei geral* que tanto leva a interpretar as suas réplicas como se referindo àquele objeto, por exemplo, a palavra água referindo-se ao líquido ao qual, por convenção, ela está associada; ou que leva a associar ideias gerais entre si, como, por exemplo, a associação de um sujeito a um predicado por uma inferência lógica, ainda que tal associação não tivesse sido anteriormente realizada no seio da comunidade que se vale daquelas palavras. No caso do símbolo, o objeto representado produz um *interpretante*, um efeito na mente interpretadora, que é tão geral quanto o próprio objeto, como ocorre quando significamos “lua” como “satélite natural”.

Na abordagem que desenvolvemos, considerando o necessário tratamento lógico dos padrões subsistentes aos fluxos que constituem o real, damos especial atenção tanto às *semioses indiciais* quanto às *semioses simbólicas*. No primeiro caso, a atenção se volta às conexões reais entre os indicadores e seus objetos, investigando os padrões em que distintos elementos, em interferência recíproca, criam resultados observáveis, verificáveis, cuja correta interpretação possibilita elaborar conhecimento verdadeiro sobre o real. No segundo caso, a atenção se volta à modelagem simbólica de tais propriedades indiciais do real, seja na forma de categorias analíticas requeridas à interpretação do objeto pela formulação de enunciados mediados pela língua natural, quanto por expressões matemáticas que, igualmente, modelam as propriedades indicialmente verificadas, segundo os padrões de regularidade de sua ocorrência real.

A recorrência às funções matemáticas nos permite assim, compor distintos elementos entre si, segundo propriedades de sua conexão indicial, cujo padrão,

como *regularidade*, permite chegar ao resultado da função como algo verificável e, portanto, como um possível, real ou realizável. Mas permite, igualmente, num movimento analítico do real, desdobrar cada elemento exógeno da função numa nova função integrada na primeira, com a mesma condição de validade pela verificação da conexão real dos signos, cujas propriedades ela modela. E assim, sucessivamente, podemos converter os elementos exógenos dessa nova função em outras funções *ad infinitum*.

Porém, como o melhor mapa não é aquele que pretenda conter toda a informação do universo – o que é impossível de obter dada a exterioridade do cosmos e das culturas em relação aos interpretantes que possamos formular – mas aquele que nos permite melhor realizar a nossa liberdade, o processo de composição de funções acima descrito é interrompido quando o tratamento dado às propriedades indiciais do real é suficiente para alcançar o propósito para o qual o conhecimento está sendo produzido. Em nosso caso, a *libertação econômica* das comunidades humanas para a realização do bem-viver de todos.

Cumprе salientar que os aspectos qualitativos do real, envolvidos na modelagem, precisam ser corretamente definidos, para que a quantificação realizada das particularidades de sua ocorrência possa ser bem-sucedida, sem confundir o objeto modelado. Ainda que elementos de natureza ética ou propriedades da consciência humana, por exemplo, não possam ser reduzidos a magnitudes mensuráveis, as implicações das condutas a eles associadas podem ser modeladas, segundo a ocorrência de determinados indicadores a serem considerados desde a práxis dos atores em questão.

Tomando tais indicadores objetivos como elementos para a modelagem lógica do real, pode-se controlar o emprego das categorias analíticas no trato de elementos qualitativos a elas associados, preservando-se o rigor requerido para a validade dos enunciados formulados. Assim, embora a categoria de bem-viver seja uma categoria ética, pode-se avaliar a realização do bem-viver mensurando indicadores de como os fluxos materiais (ecológicos e econômicos), de poder e de conhecimentos estão servidos nas melhores condições possíveis para a realização das liberdades de todos. Veremos no *Livro 5* como a elevação ou redução da magnitude de certas *quantidades* num sistema pode alterar a *qualidade* dos seus componentes ou do sistema como um todo.

Desse modo, por exemplo, embora a liberdade não seja um objeto extenso e a ela não se apliquem unidades de comprimento, massa, etc, pode-se estabelecer um conjunto de indicadores objetivos de seu exercício, considerando os fluxos, laços

e anéis que a tornam possível, permitindo mensurar como os fluxos de matérias, de poder e de conhecimento ampliam, limitam ou negam o exercício das liberdades públicas e privadas no seio de comunidades humanas, bem como em que grau tais liberdades estão sendo ou não eticamente exercidas, considerando-se o modo como servem ou não à expansão do bem-viver de todos pela mediação desses fluxos, laços e anéis.

Assim, a modelagem desses fluxos sempre exige que a semiose simbólica (no plano da língua natural ou no plano matemático) esteja correlacionada à semiose indicial, cujos elementos qualitativos ou quantitativos podem ser definidos mediante características objetivamente observáveis e passíveis de monitoramento. E, do mesmo modo que variáveis exógenas, tomadas como dados numa função, podem ser convertidas em variáveis endógenas de outras funções, também no plano da língua natural, os elementos definidores de uma categoria analítica podem ser tomados em outra expressão como categorias a definir. E, embora do ponto de vista semântico haja uma consistência do significado da enunciação pela integração dessas diversidades, segundo as propriedades lógicas dos elementos em sua relação, a definição de cada uma delas deve reportar-se, igualmente, a propriedades indiciais monitoráveis, direta ou indiretamente, na forma anteriormente explicada. Não se trata, pois, de exigir uma referência para cada termo da linguagem, mas de definir propriedades indiciais verificáveis para expressões que se pretendam apofânticas do real, de modo a poder verificar seu valor de verdade com relação ao que se pretende afirmar.

1.2.7.1. A Semiose do Valor

O *valor*, categoria central da economia, somente pode ser compreendido em seu amplo significado quando analisamos a sua metamorfose, investigando os diferentes aspectos da relação básica existente entre objeto, signo e interpretante, peculiares às suas semioses.

Por existir num fluxo permanente, podemos considerar o valor no processo de sua metamorfose, em seu momento presente, em seu passado e em seu futuro, naquilo que o fez emergir como valor singular, o faz circular como valor particular e o faz perdurar como valor universal, tratando tanto da *produção* do valor, isto é, da práxis que resulta num produto que terá valor se for capaz de atender a alguma necessidade humana, quanto da *circulação* do valor, que faz o produto chegar a quem dele necessite para seu uso, como do *crédito* do valor, no seio de

uma comunidade humana, no reconhecimento da capacidade de retribuição das pessoas, às quais valores são antecipados ou compensados com o emprego signos por ela convencionados.

Do objeto que comporta valor

Sob o aspecto econômico, podemos abordar o *objeto do valor* em sua singularidade, particularidade e universalidade. No primeiro caso, trata-se do *valor singular de uso* que o produto comporta, por possuir propriedades capazes de atender a alguma necessidade humana, revelando-se tal valor na relação entre produto e ser humano. No segundo caso, trata-se do *valor particular de troca* que uma parcela dos produtos comporta, por estes atenderem a necessidades sociais e poderem ser intercambiados por outros valores, revelando-se tal valor na relação de intercâmbio entre produto e produto. No terceiro caso, trata-se do *valor universal de crédito* que a comunidade humana comporta, por reconhecer como válidas as promessas de retribuição futura de valores que são antecipados, revelando-se assim tal valor na relação entre pessoas, no intercâmbio assíncrono por elas realizado, iniciado no ato performativo de uma promessa de retribuição em momento futuro e finalizado quando do cumprimento de tal promessa. Na prática, trata-se de diferentes determinações do mesmo valor econômico, em sua singularidade, particularidade e universalidade que se relacionam no fluxo de produção, circulação e creditamento do valor em sua peculiar metamorfose.

Se, do ponto de vista semiótico, o objeto do *valor do crédito* é diverso do objeto do *valor de uso* e ambos são diversos do objeto do *valor de troca*, pois no primeiro caso associa-se à relação entre pessoas, no segundo à relação entre pessoa e produto e no terceiro à relação entre produto e produto, todos eles, entretanto, se relacionam a um mesmo signo de *valor*, considerado em diferentes etapas da semiose do valor em sua contínua transformação, interpretado sob diferentes determinações, como veremos ao final desta seção. Dado o caráter introdutório desse *Livro 1* abordaremos aqui a *verdade do valor*, em relação ao seu objeto, tratando basicamente do objeto do *valor de uso*.

Pode-se dizer, como verdadeiro, que um objeto comporte valor quando as *propriedades* que ele contenha atendam a *necessidades* existentes, devendo tais propriedades e necessidades existirem simultaneamente. Nesse caso, temos aqui a indicação de que ele possui valor, porque há uma ou mais propriedades indiciais suas que podem ser correlacionadas a uma ou mais necessidades existentes que

elas possam atender, confirmando-se, portanto, a sua existência como valor para o atendimento dessas necessidades. Se ele não atendesse a alguma necessidade, não conteria valor no sentido de poder atendê-la. Por assentar-se no reconhecimento de tal conexão, trata-se de uma verdade (ἀλήθεια) que se afirma pelo desvelamento da realidade presente do objeto e da necessidade presente que ele pode atender.

Porém, igualmente, pode-se dizer como verdadeiro que o valor do produto resulta do processo natural e histórico de sua produção e compreensão. É o fato de que nele esteja incorporado o trabalho humano, que agregou à matéria a forma objetiva que atende à necessidade humana conhecida, o que converte o resultado desse trabalho em valor. Assim, o valor presente no produto somente existe em razão do processo da natureza que gerou a matéria que foi transformada pelo trabalho e do próprio trabalho humano nela aplicado para transformá-la e produzir um valor de uso, capaz de atender a alguma necessidade humana conhecida. Assim, a verdade do valor que o produto comporta somente é compreendida pela investigação do processo histórico da sua própria produção. O valor do objeto, produzido no passado por aqueles que geraram o produto, nele permanece como expressão da subjetividade dos trabalhadores quem o produziram, do conhecimento da comunidade humana usado em sua produção e da matéria da natureza que foi objeto de sua práxis. Por assentar-se no reconhecimento histórico de sua produção, trata-se de uma verdade (*veritas*) que se afirma pela investigação da realidade passada do objeto e da necessidade presente que ele pode atender, compreendendo que o valor nele contido se reporta à vida humana nele objetivada pelo trabalho que transformou a matéria no processo de sua produção.

Mas também pode-se dizer como verdadeiro que o valor do produto se relaciona com aquilo que pode ser realizado no futuro com a sua mediação, quando, então, ele efetivamente será usado como valor no atendimento de alguma necessidade. Em outras palavras, um produto que foi gerado para um determinado propósito que não mais existe, perde o seu valor com relação a tal propósito. Assim, pode ocorrer que produtos obsoletos deixem de ter valor de uso, pois não há mais como serem usados em razão de mudanças de padrão tecnológico, mesmo que nunca tenham sido empregados ou consumidos. Por assentar-se no reconhecimento de que todo propósito é aberto à realização futura, trata-se de uma verdade (*emunah*) que se afirma pela confiança que no futuro o objeto cumprirá sua função de atender, com o seu valor, à necessidade prevista. Assim, considerando o tempo adveniente, um objeto comporta valor não porque pelo trabalho tenha sido criado no passado ou porque tenha qualidades para atender a um propósito

que havia no momento presente da sua produção, mas porque efetivamente pode ser usado no atendimento de uma necessidade enquanto *perdurem* a necessidade e a capacidade do produto para o seu atendimento. Pois o valor de uso se realiza pelo emprego do objeto no atendimento de um propósito.

Do Signo que Representa Valor

No processo da circulação do valor, diferentes tipos de representação de valores podem ser empregados, a depender da *modalidade de obtenção* adotada para o intercâmbio econômico. Por outra parte, como o signo pode representar falsamente o objeto, também aqui se pode questionar em que medida um suposto signo de valor é verdadeiramente representante de valor, segundo as diferentes modalidades de obtenção adotadas que se valham do seu emprego.

Como o signo de valor não opera simplesmente no plano simbólico da representação e comunicação do valor nos fluxos de conhecimento, mas igualmente no plano fático do intercâmbio de valores econômicos no seio da comunidade que o emprega em seus fluxos materiais e de poderes, a validação do próprio signo se torna condição necessária para que a circulação de meios econômicos possa acontecer com a sua mediação, no seio da comunidade que o adota, segundo as regras da formação social existente.

Como veremos, nas três modalidades básicas de intercâmbio, compra-venda, troca e dádiva, operam três formas diferentes de afirmação da verdade do signo de valor.

No primeiro caso, em se tratando de moedas que medeiam a liquidação da compra e venda, elas podem ser validamente usadas como *signo de valor* no intercâmbio econômico quando possuem características indiciais, que comprovam serem materialmente réplicas verdadeiras do signo geral de valor, segundo as regras acordadas no seio da comunidade para o seu emprego. Portanto, se houver uma réplica idêntica, mas desprovida dos indicadores requeridos para a sua validação (textura do papel, marcas d'água, congruência de traços, números de série, linha de segurança, reflexão luminosa, etc.) ela não será considerada verdadeira, mas um dinheiro falso. A sua verdade (*ἀλήθεια*) como signo de valor é afirmada pelo reconhecimento de suas propriedades físicas, que poderão revelá-lo como falso ou verdadeiro. Porém, a condição desse signo ser reconhecido como *portador* de valor para os intercâmbios econômicos de uma comunidade, não depende apenas dele próprio, de sua verdade como objeto sígnico, de haver sido gerado como

réplica válida do padrão geral, dentro das regras estabelecidas pela comunidade. Depende da associação que será feita dele próprio, no seio dessa comunidade, com o valor econômico que ele deve representar e que, como tal, não é ele mesmo. Assim, processos hiperinflacionários ou de alteração da moeda vigente no seio de uma sociedade, fazem com que signos de valor, que contenham todos os indicadores requeridos para a sua validação, possibilitem obter cada vez menos valores reais no intercâmbio econômico ou mesmo nenhum valor, caso deixem de ser reconhecidos como portadores de valor, como veremos mais adiante, ao tratar de interpretação do valor.

No caso das trocas não-monetárias, estas podem ser ou não mediadas por signos de valor. Signos de valor podem ser, por exemplo, tanto registros contábeis de intercâmbios não-monetários, mensurados sob uma unidade de valor convencionalizada pelo grupo que o emprega, quanto bônus ou vales; todos eles líquidos em produtos, mas não em moedas. Entre as trocas não-monetárias estão os intercâmbios que utilizam signos de valor não-monetário em formato digital para o registro das transações, que são validados com técnicas que verificam o histórico de operações havidas no sistema de intercâmbio, confrontando cadeias de blocos (*blockchains*) desses registros, armazenadas em diferentes bases de dados, correlacionadas entre si. Nesse caso, a verdade (*veritas*) do saldo em valor se afirma pela verificação da informação das transações realizadas anteriormente, resultando no registro de signos de valor em contas relacionadas aos intercâmbios dos participantes no sistema, validadas pelo confronto de diferentes bases de dados, geradas segundo um mesmo algoritmo. Porém, como na modalidade anterior de obtenção, os saldos em signos de valor, registrados nas contas dos participantes, não se referem a objetos em particular, mas à possibilidade do seu detentor poder obter da comunidade qualquer coisa que seja entendida pelos seus membros como portadora de valor e que esteja suscetível de ser intercambiada com aquele signo de valor. Mas, diferentemente da solução anterior, nesse caso a validade do signo de valor, acumulado em saldo, é verificada e afirmada a partir do histórico de sua própria formação.

No terceiro caso, considerando-se a dádiva como modalidade de intercâmbio num circuito econômico solidário, o signo de valor é registrado no histórico de transações da comunidade como um agradecimento realizado por quem recebe a quem dá. Conforme as regras do circuito, entretanto, receber significa performativamente se comprometer em retribuir outro valor à comunidade, segundo a capacidade de quem recebe. Mas, como se poderia provar a verdade desse registro

de agradecimento, como signo que instaura uma obrigação ética de retribuição futura à comunidade de algum valor que atenda a alguma necessidade da comunidade? O fato de a promessa ter sido feita, cria a realidade que resulta desse ato performativo, que somente pode ser considerado válido, na medida em que a promessa se conclua¹³. Então, se a promessa de retribuição de valor econômico se conclui pelo recebimento futuro de um agradecimento por parte de quem se apropria do produto oferecido em retribuição à comunidade, sabe-se que a promessa era verdadeira e que o signo de seu registro representava verdadeiramente um valor que foi retribuído, posteriormente, à comunidade. Se ela não se concluiu, mas poderia ter-se concluído – pois as condições necessárias à sua realização existiam –, tratou-se de um ato performativo infeliz. O signo representava valor até o momento em que a promessa foi quebrada. Contudo, se houve dissimulação desde o início, quando o compromisso deveria ter sido assumido no próprio ato de receber, não havia verdade naquele signo de agradecimento como representação de valor, associado ao recebimento do produto. Assim, no caso da dádiva, como modalidade de intercâmbio num circuito econômico solidário, a comprovação da verdade (*emunah*) do registro de valor está lançada ao futuro da sua realização e somente no futuro se poderá dizer se aquela promessa era verdadeira ou não, pelo seu cumprimento ou descumprimento.¹⁴

13 Para o aprofundamento sobre atos performativos, que criam realidades éticas e legais, veja-se a obra de John L. Austin (1962) *How to Do Things with Words*.

14 Diferentemente do que ocorre nessas ações de reciprocidade na dádiva, com registros de signos não-monetários de valor em *blockchains*, analisadas na *Economia de Libertação* no Livro 3, recorda Marx, em *O Capital*, que no desenvolvimento do comércio, sob o capitalismo, aperfeiçoa-se a mediação entre credor e devedor no sistema de crédito, com promessas de pagamento futuro, que circulam nos mercados como signos de valor. Ele sublinha que “[...] I promise to pay é a fórmula usual dos bilhetes de banco ingleses [...]” (Marx, 1980, p. 466). Assim, vende-se a mercadoria sem entretanto trocá-la por dinheiro, mas “[...] por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. [...] Até o dia do vencimento e pagamento circulam por sua vez como meio de pagamento, e constituem dinheiro genuíno do comércio.” (Marx, 1980, p. 461) E, uma vez que circulam no mercado, podem ser antecipadamente liquidadas em dinheiro com algum desconto sobre o valor de face do papel, transferindo a terceiros, que o adquiriram, o direito de receber o valor integral, quando do seu vencimento final. Esse fenômeno de que uma promessa resulte num papel que circule como meio de pagamento é, para Marx, um processo impressionante, capaz de gerar grandes volumes capital fictício, imaginário, em processos especulativos, fazendo da ruína de uns a felicidade de outros. A esse tema, voltaremos no Livro 5.

Da Interpretação do Valor

Após essas considerações introdutórias sobre o *objeto do valor* e a sua *representação*, podemos compreender que o valor econômico, em sua *universalidade*, representada em signos de valor no seio de uma comunidade humana, somente pode existir se houver: uma relação recíproca de *crédito* no seio de uma comunidade; uma *interpretação comum* que esta comunidade gera sobre tais signos; e a adoção de comportamentos comuns dos seus membros nas relações econômicas que eles mantém entre si mediadas por tais signos assim interpretados.

A verdade do Signo de Valor

Desse modo, para que o *intercâmbio monetário* seja válido, cada moeda nele utilizada tem que ser verdadeira, o que se verifica considerando os indicadores materiais que elas devem conter segundo as regras estabelecidas para a sua emissão. Contudo, tais moedas, em sua singularidade material, são apenas réplicas de um *símbolo universal*, que opera como um ente lógico de natureza ideal, empregado pela comunidade no estabelecimento dos acordos válidos para o uso de suas réplicas. Assim, o *valor* que cada moeda *representa* não está contido nela mesma, mas repousa na comunidade que o institui performativamente, pelos acordos que estabelece universalmente em relação a ele, que se aplicam tanto ao uso do símbolo de natureza lógica que o representa, por ela instituído arbitrariamente, quanto às réplicas particulares produzidas para o seu emprego.

Por sua vez, para que o *intercâmbio não-monetário* que emprega *blockchains* seja válido, a verificação do saldo de cada conta deve ocorrer conforme regras preestabelecidas, que requerem a validação operada por membros da comunidade – seja com pessoas atuando colaborativamente na validação dos balanços do sistema, seja de forma competitiva em processos automatizados –, segundo o algoritmo adotado na criação do próprio signo de valor. De um modo ou de outro, a validação se reporta aos processos realizados no *passado* para aferir a validade dos saldos *presentes* nas contas existentes.

Mas, também aqui, o *valor* representando pelos saldos apurados não está contido no registro dos saldos, que apenas o representa. Ele repousa na comunidade, que adota aquele signo de valor, e na adesão de seus participantes aos acordos comuns com respeito ao uso do símbolo de natureza lógica, que possibilita interpretar se os saldos apurados nas contas são válidos ou não, segundo as regras

para a sua anotação. De igual modo, o signo de valor, que opera como padrão universal no seio da comunidade de usuários, é estabelecido, também nesse caso, de maneira arbitrária, devendo as ocorrências de seu emprego respeitarem o algoritmo convencionado para a apuração do saldo de cada conta, geração e eliminação de saldos.

O valor não é a sua representação

Assim, o *valor*, representado pelo *signo de valor*, não está *contido* no signo de valor, mas é apenas *representado* por ele. É no acordo estabelecido entre seres humanos, de forma consensual ou impositiva, que os signos de valor são instituídos, segundo determinadas regras para a sua emissão, apropriação, circulação e eliminação. Esse *acordo* permite organizar, de forma opressiva ou libertadora, os fluxos materiais, de poder e de conhecimento, relacionados aos *meios econômicos* que atendem às necessidades humanas e às *capacidades humanas* de produzir tais meios. Pois, para que um signo de valor funcione como tal, são necessários o *conhecimento* sobre ele e sobre seu emprego, o *poder* de usá-lo desse modo nos *intercâmbios* e a existência de *matérias* (produtos) pelas quais as réplicas do signo possam ser trocadas.

A *interpretação* e o *uso* do signo de valor, portanto, estão associados à sua própria condição de representar valor. Mas se ninguém o usasse ou o interpretasse como signo de valor, ele deixaria de representar valor, pois ele somente existe como representação de valor no seio dos intercâmbios humanos, tanto econômicos quanto de conhecimento e de poder. É o que ocorre, num país, quando uma moeda antiga é substituída por uma nova. A moeda antiga deixa de ser interpretada e usada como signo de valor. Para isso concorrem fluxos de conhecimento e de poder que suprimem a vigência da moeda antiga como signo de valor para os intercâmbios econômicos no seio daquela sociedade, que passam a ser mediados pela nova moeda.

Em outras palavras, qualquer moeda, por mais que tenha todos os indicadores previstos para ser reconhecida como uma réplica válida de um signo universal de valor, deixaria de operar como tal se houvesse uma mudança de interpretação na comunidade a seu respeito e ninguém mais a aceitasse como signo de valor. Isso inviabilizaria realizar com ela qualquer reserva de valor para sua troca futura por produtos na comunidade. Assim, se a comunidade toda deixasse de usá-la, todas as suas réplicas – embora fossem verdadeiras por suas propriedades indi-

ciais como signo de valor, confrontadas ao padrão universal então vigente – não funcionariam mais como signo de valor no seio dessa comunidade, porque deixariam de ser *interpretadas* e *usadas* como tal pela comunidade. Como veremos no *Livro 6*, três classes de interpretantes se aplicam ao signo no processo de sua semiose: lógicos, emocionais e ativos. Assim, processos de distintas naturezas de interpretação podem afetar a estabilidade do signo de valor como padrão de referência para os intercâmbios econômicos realizados no seio da comunidade que o emprega.

O mesmo fenômeno poderia ocorrer com saldos de valor verificados por meio de *blockchains* em trocas não-monetárias. Por mais que tenham sido validados e tenham sido gerados segundo o regulamento previsto, se ninguém mais aceitasse intercambiar qualquer coisa por tais signos de valor, eles perderiam a sua funcionalidade como objetos signícos para a realização de intercâmbios econômicos. E, do mesmo modo, isso ocorreria nos intercâmbios sob a forma de dádivas, se as promessas feitas pelos atores que deveriam retribuir, segundo sua capacidade, algum valor à comunidade, fossem quebradas e deixassem de existir. Pois a falha no cumprimento da promessa, criaria a impossibilidade de que seu signo, verdadeiramente, represente valor.

Desse modo, no plano do *objeto*, para compreender a verdade do *valor singular de uso*, temos de considerar o processo de sua produção *passada* e a sua capacidade *presente e futura* de atender a alguma necessidade. No plano do *signo de valor*, temos de considerar o *valor particular de troca*, segundo as três modalidades de obtenção econômica – compra, troca e dádiva –, para determinar a *verdade* do *signo de valor* em sua operação no seio do intercâmbio de uma comunidade. E, por fim, no plano do *interpretante*, temos de considerar o *valor universal de crédito*, que resulta da ação performativa dos seres humanos entre si, cuja verdade repousa na confiança recíproca de que *antecipações* de meios econômicos, realizadas pela comunidade ou por seus membros em favor de algum deles no momento presente, serão retribuídas em momento futuro à comunidade ou a algum de seus membros.

O valor universal como crédito

De fato, toda promessa é um ato performativo que cria uma realidade intangível. O *compromisso*, como promessa assumida entre as partes que o celebram, é um ato conjunto, que se expressa num contrato, verbal ou escrito, criando

um determinado vínculo entre duas ou mais pessoas – físicas ou jurídicas –, podendo envolver a totalidade dos membros de comunidades, estados e nações. Poderíamos antecipar aqui a análise que faremos, na *Seção 1.2.9.* e, da expressão *com-*, presente em *com-promisso*, que aqui se aplica a uma *promessa* em sua *completude*, na relação *com outrem*, em *coincidência no tempo* e na *circunstância*; expressão que pode ser considerada, pois, em relação ao objeto da promessa, mas igualmente em relação às pessoas e comunidades envolvidas ou em relação aos próprios fluxos que a tornam possível.

Importa destacar, para evitar confusões, que a promessa não é algo *ideal*, mas *real*. A realidade da promessa, representada num signo de valor, pode existir na relação entre duas pessoas, representada, por exemplo, num contrato particular de compra e venda, de conclusão futura; o qual, por sua vez, pode ser vendido, transferindo-se a promessa assumida a outro sujeito em particular para o seu cumprimento. Mas ela, igualmente, pode existir na relação entre pessoa e comunidade, não mais numa relação de *âmbito particular* entre pessoas particulares, mas numa relação de *âmbito universal* na extensão dessa comunidade, pois envolve a todos os seus membros como copartícipes na promessa realizada.

A universalidade do valor não reside, pois, na universalidade do signo que o representa no seio de uma comunidade, que, como símbolo está no plano lógico, ideal – pois o valor é real. A universalidade do valor reside na universalidade da comunidade que se faz partícipe na possibilidade de cumprimento da promessa de intercâmbio, da qual o signo de valor é expressão simbólica; valor que, embora intangível, é real e cujo contrato de intercâmbio inclui todos os membros da comunidade de usuários daquele signo de valor como possíveis participantes de sua conclusão, pela aceitação de tais signos de valor, caso lhes sejam oferecidos, em troca de produtos ou de outros signos de valor que ofereçam em intercâmbio.

Por isso, se o ato de venda se conclui no intercâmbio de um produto por um signo de valor, o signo de valor recebido, por sua vez, representa uma promessa realizada no seio de uma sociedade que ele próprio, o signo de valor, poderá ser trocado, posteriormente, por valores de uso ou outros signos de valor.

A Universalidade do Valor e a Acumulação do Capital Dinheiro

O âmbito de realização da universalidade do valor, portanto, é o da *comunidade* ou o da *sociedade* em que a circulação do signo ocorre – que reconhece no signo de valor a vigência de uma promessa, a de que ele poderá ser trocado por valores

de uso ou por outros signos de valor. Não é, pois, o âmbito do *Estado*. De fato, mesmo quando o signo de valor é um *signo monetário de curso forçado*, emitido pelo Estado e garantido por ele, a promessa de seu intercâmbio por produtos será cumprida não no âmbito da política no seio do Estado, mas no âmbito da economia no seio da sociedade.

O âmbito de realização da universalidade do valor não é o Estado, mas a sociedade pela mediação do *poder público*. Sob o capitalismo, o mercado, que é a esfera em que os signos de valor são trocados por produtos, tornou-se mundial. Com isso, a possibilidade de trocar-se signos de valor por outros, nos mercados de câmbio, cria a possibilidade de que o valor representado nesses signos possa fluir entre as nações, no âmbito universal do mercado mundial.

Mas a universalidade do valor, representado nos signos de valor, somente existe como resultado do compromisso assumido pelas pessoas entre si de aceitarem tais signos no intercâmbio de meios econômicos. Tal compromisso é um ato de poder no qual elas exercem suas forças, valendo-se dos instrumentos da linguagem, criando, performativamente, a expressão universal do valor de crédito no âmbito da comunidade ou sociedade que reconhece aquele signo como representação e crédito de valor. O *poder público* que institui a *universalidade do valor de crédito* é o *poder da sociedade* e não o *poder do estado*.

Em linhas gerais, o Estado é um espaço de contradição entre projetos distintos de sociedade. No exercício de seus poderes, ele estabelece e faz cumprir um conjunto de normas legais e de ações políticas, que asseguram, em larga medida, a realização dos interesses da classe social que o hegemoniza. Numa *sociedade realmente democrática*, o Estado deveria ser expressão do *poder público*. Mas numa *sociedade capitalista*, marcada pela exploração, expropriação, espoliação e privação econômicas, exercidas pelo capital por sobre o trabalho, o intercâmbio, o crédito e o consumo, o *Estado* se torna, em larga medida, expressão do *capital*. E, como a universalidade do valor acumulado pelo capital em signos de valor supõe a preservação dos contratos e da estabilidade da moeda, o Estado se torna o fiel garantidor de que a universalidade da promessa, que a moeda comporta, será cumprida, ainda que, para isso, tenha de exercer os seus *poderes de estado* contra o interesse do *poder público*.

Assim, para garantir a contínua acumulação de capital, o Estado, subordinado aos imperativos do *mercado*, combate o *poder público*, por este pretender assegurar, a todas as pessoas, os meios materiais, de poder e de conhecimento requeridos à sua libertação econômica, política, social e cultural. No campo econômico,

combate o *poder público*, por este buscar que todas as pessoas possam realizar e expandir eticamente as suas liberdades, no exercício de seu trabalho, segundo sua capacidade, e no exercício de seu consumo, segundo sua necessidade; por fortalecer o crédito recíproco e solidário no seio da sociedade e a justa distribuição da riqueza produzida. No campo do conhecimento, combate o *poder público*, por este pretender assegurar o acesso de todos à informação, comunicação e educação públicas, gratuitas e de qualidade. E, por fim, o Estado, subordinado aos imperativos do mercado, combate o *poder público*, por este defender que cada pessoa deva exercer o seu próprio poder político e social, nas esferas da vida privada e da vida pública, em favor do bem-viver de si de todos, promovendo a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Nas sociedades capitalistas, como veremos no *Livro 4*, as pessoas, privadas dos meios econômicos para atender às suas necessidades em quantidade, qualidade e regularidade adequadas, não apenas se submetem a ser exploradas pelo capital, como também, em geral, se prostram diante do poder do Estado, hegemônico por ele. Por isso, a libertação econômica das comunidades humanas é, ao mesmo tempo, a afirmação de um *poder público de caráter político e social*, que deve assumir o controle do Estado para atender aos interesses públicos e não aos interesses do capital.

O Capital de Crédito como Alienação da Comunidade Humana

Os *signos de valor*, portanto, são produtos históricos das comunidades humanas, engendrados no intercâmbio econômico de valores no seio da *oikia humana*. Por natureza, a *oikia humana* está organizada como meio de atender às necessidades de seus membros com as capacidades de todos eles, prescindindo pois de signos de valores. Porém, seja em processos de libertação ou de dominação, a *forma social* de organização da *oikia humana* consolida os modos de produção, circulação e emprego dos valores, mas especialmente, o modo de creditar valores.¹⁵

15 Embora na natureza encontremos diferentes comunidades de seres vivos, como as das abelhas e formigas, com atividades especializadas, realizadas por seus membros, e resultados compartilhados entre eles, em nenhuma delas há *signos de valor* para mediar intercâmbios materiais. Em todas elas, por outra parte, existe a interpretação de quais meios devam ser portados à sua *oikos*, ao formigueiro, para o cultivo do jardim de fungos, em alguns casos, ou à colmeia, para a produção do mel, por exemplo. O florescimento da liberdade humana na *oikos* humana, com a criação e emprego de instrumentos, de meios físicos e simbólicos que convertem as forças da natureza e as forças humanas em poderes humanos, exercidos em cooperação, na produção e distribuição de meios que atendam

Realizada de maneira não alienada, a esfera universal do valor, onde intangivelmente ele repousa, é a comunidade humana, que se constitui do encontro das necessidades e capacidades humanas, reconhecidas em todos os seus sujeitos. Tal encontro é mediado pela práxis econômica e social, na geração dos meios que protejam e expandam as liberdades de todos. A esfera da universalidade do valor, portanto, não está no plano do *objeto* do valor, nem no plano da *representação* do valor. Pois a representação universal do valor não cria valor. Somente pela práxis, transformando a matéria natural e criando *valores de uso* ou transformando a matéria social e criando *valores de crédito*, os seres humanos criam o *valor econômico* que se realiza, respectivamente, de maneira singular e universal.

Compreendido desse modo, percebemos que todo *signo de valor* – por apenas *representar* valor, posto que o *signo* não é o *objeto* que ele próprio representa –, somente funciona como signo de valor porque é expressão do *valor de crédito* da comunidade em relação ao portador do signo, no âmbito em que o signo opera e segundo as regras de sua operação, para ser intercambiado por valores de uso.

Assim, moedas, saldos não-monetários e agradecimentos somente operam como signos de valor porque a comunidade se compromete em oferecer meios econômicos aos seus titulares, segundo as regras válidas para cada modalidade de obtenção, mediada por esses signos. Desse modo, a quantidade de moedas, saldos e agradecimentos obtidos funciona como uma espécie de *crédito a receber* da comunidade, em meios econômicos que possam atender às necessidades de seus titulares.¹⁶

às suas necessidades, possibilita aos seres humanos, diferentemente do que ocorre em outras espécies, organizarem distintos modos – libertadores ou opressivos – de produção, de obtenção, de apropriação, de representação, de creditamento, de uso, investimento e consumo de valores.

16 Se isso é fácil de perceber com relação a moedas e saldos não-monetários de trocas, pode não ser tão evidente com respeito aos agradecimentos. Um exame de diversas expressões de agradecimento em diferentes culturas, contudo, revela esse sentido estrutural de retribuição que o agradecimento implica. Em português, por exemplo, o agradecimento é realizado com a expressão “obrigado” ou “muito obrigado”. Ela significa, literalmente, que o recebimento da dádiva gera uma *obrigação* do recebedor com o ofertante em razão de haver recebido a dádiva. Quando o recebido parece ser impossível de retribuir, é muito comum em países latino-americanos a expressão “Dios le pague!”, “Deus lhe pague”. A retribuição, assim, naquilo que exceda à capacidade de quem recebeu a dádiva, é transferida a um terceiro, nesse caso, Deus, para que seja plenamente compensada. Por sua vez a expressão francesa *merci* pode associar-se a *estar à vossa mercê*, no sentido de estar à sua disposição para algo que lhe seja necessário, como forma de retribuição. Por outra parte, a expressão *gracias* e *grazie*, no espanhol e no italiano, pode associar-se ao reconhecimento cristão de que, o que foi recebido, o foi como *graça*, é grátis. Porém, conforme o cristianismo, “a quem muito foi dado [ἐδόθη],

Se a conduta ética da comunidade em retribuir aos que entregaram *valores de uso* e receberam *signos de valor* em troca deles não fosse honrada, a própria relação social da *oikia* estaria fraturada. Assim, na origem social do valor econômico, está o próprio valor ético de sustentação da vida e da liberdade de cada pessoa e de toda a comunidade.

O capitalismo, entretanto, para consolidar seus mecanismos de exploração, expropriação e espoliação, aliena a relação ética basilar da *oikia* e busca legitimá-los com o poder do Estado, como aparelho de dominação econômica do capital por sobre a sociedade.

Compreendidos de forma não-alienada, o valor ético e o valor econômico, entretanto, estão essencialmente unidos, pois o valor econômico, em sua universalidade, assentada na liberdade humana, somente pode existir com base na conduta ética das pessoas no seio de comunidades humanas, em retribuir aos membros da comunidade, segundo sua capacidade, os meios que protejam a vida e a liberdade de todos.

Porém, de forma alienada, a ética é substituída pela moral do mais forte, imposta pela práxis de dominação, que por meio de aparatos de poder afirma a universalidade do capital e o seu domínio por todos os âmbitos, esvaziando o sentido ético do valor econômico, reproduzindo a acumulação do capital sob a forma de signos de valor e obrigando as sociedades a se subordinarem a processos de reprodução ampliada dessa própria acumulação de valores, que resulta da alienação do trabalho, do intercâmbio, do consumo e do crédito.

O capital creditício funciona pois como negação da comunidade humana universal e como afirmação do mercado mundial do dinheiro – como esfera da universalidade do signo de valor que pode ser trocado por mercadorias em qualquer parte do mundo.

O capital somente pode existir, portanto, como fratura ética da comunidade humana, como relação de opressão, que nega o aspecto ético do valor econômico. Pois o valor econômico, eticamente realizado, somente pode existir com base na conduta ética das pessoas em retribuir aos membros das comunidades humanas, segundo sua capacidade, os meios que protejam a vida e a liberdade de todos, nas melhores condições possíveis.

muito será pedido” (Lc 12,48). Portanto, reconhecer no recebido uma *graça*, significa reconhecer a necessidade, igualmente, de *dar em graça* ou *dar de graça* a quem precise.

Engana-se quem acredita que o valor universal não repouse nas relações sociais, pois sem essas relações, que sustentam a *oikia* humana, os valores econômicos singulares não poderiam ser produzidos, os valores econômicos particulares não poderiam ser intercambiados ou compartilhados e os valores econômicos universais não poderiam ser creditados.

A Universalidade do Valor e as Relações Sociais de Crédito

Em síntese, essa análise semiótica do *valor* permite perceber que o *valor econômico*, em sua universalidade, somente pode existir como expressão de relações sociais de crédito, organizadas em comunidades humanas, pois nenhum signo simbólico de valor, em si mesmo, é valor – pois ele não é o *objeto dinâmico* que ele próprio *representa*. É na relação social entre pessoas, no seio de uma comunidade, que a *realidade do crédito* é criada. Sua criação é mediada por semioses que ocorrem sob as condições ilocucionárias necessárias para a ação performativa que o institui e que dá origem à representação simbólica do *valor de crédito econômico*. E é nessas relações sociais, em que os efeitos dessa performatividade seguem presentes, que estes signos de valor podem ser trocados por valores de uso, pois, do contrário, nada valeriam.

Quando isso é compreendido, percebemos que podem existir diferentes formas de representação do valor e diferentes relações entre os sujeitos na base da produção de valores singulares, no intercâmbio de valores particulares e no creditamento de valores universalmente válidos no seio de uma sociedade ou comunidade. Percebemos que o emprego de valores singulares e universais, pode ser realizado de modo ético e justo ou de modo antiético e injusto, a depender de como essas relações, libertadoramente, expandem as liberdades públicas e

Tabela 1. Modos de Objetivação do Valor e Formas de Alienação Correspondente

Modalidade do Valor	Valor de Uso	Valor de Troca	Valor de Crédito
Relação Social Instituinte	Produção	Intercambiamento	Creditamento
Resultado da Relação	Produto	Intercâmbio	Signo de Valor
Determinação Geral do valor	Qualidade	Quantidade	Medida
Extensão do Resultado	Singular	Particular	Universal
Relação Aplicável	Pessoa – Objeto	Objeto – Objeto	Pessoa – Pessoa
Alienação da Práxis	Exploração	Expropriação	Espoliação

privadas para o bem-viver de todos ou de como essas relações, subordinadas a formas de opressão e dominação, reduzem ou aniquilam as liberdades públicas e privadas de pessoas, comunidades, povos e nações, em favor da expansão de liberdades privadas que violam as bases éticas da convivência humana, negando o bem-viver de todos.

Assim, ao compreender os três modos básicos da metamorfose do valor em seus fluxos, laços e anéis, podemos identificar as diferentes formas de alienação que neles ocorrem: alienação na *produção*, alienação na *apropriação* – com suas particularidades referidas à obtenção, acumulação, aplicação, uso e consumo (produtivo ou final) de valores de uso ou de signos de valor – e alienação no *creditamento* e na *representação* do valor, no modo como os signos de valor são criados, interpretados, replicados e eliminados.

Com essa abordagem podemos compreender a metamorfose do valor e a unidade de sua realização nas extensões singular, particular e universal. Podemos compreender que a existência dos *signos de valor* supõe *relações sociais de crédito* e *relações sociais de produção e de intercâmbio*. Podemos entender que tais signos cumprem um papel libertador quando as *relações sociais de crédito*, que lhes dão origem e sustentação, quando as *relações sociais de produção*, que criam o valor singular de uso, e as relações sociais de intercâmbio são éticas em seu conjunto, portanto, justas e solidárias. Mas, igualmente, permite compreender que tais signos podem cumprir um papel de dominação, quando ocorre a violação da ética, tanto pela *espoliação* nas *relações sociais de crédito*, quanto pela *exploração* do trabalho nas *relações sociais de produção, de intercâmbio e crédito*, quanto pela *expropriação nas relações sociais de intercâmbio* de valores.

Se os valores de uso correspondem a qualidades de objetos singulares gerados na produção que atendem a necessidades humanas, se os valores de troca correspondem a quantidades de valores que eles comportam confrontadas a outras quantidades particulares para o intercâmbio, os valores de crédito correspondem a relações entre pessoas que resultam em signos de valores que operam como medida, pois toda medida somente pode existir unindo uma quantidade a uma qualidade à qual ela se aplica como unidade. Assim, do mesmo que um signo de valor somente opera havendo intercâmbio e este somente ocorre havendo produto, sua condição de medida supõe a existência de uma quantidade de valor, que por sua vez, supõe a existência da qualidade do produto em atender a uma necessidade, o que o converte em valor. A quantidade do valor do produto é apenas representada pelo signo e pode ser reduzida a um equivalente geral, como o

tempo de trabalho. A incongruência entre o *quantum* de valor do produto e sua representação em signos de valor no intercâmbio é o que normalmente ocorre no mercado, pois, neste, somente por casualidade o valor de um produto, somado aos custos de sua circulação, corresponde ao seu preço.

Violação da Ética no Processo Econômico

Quando as relações sociais de crédito, de intercâmbio ou de produção estão violadas do ponto de vista ético em processos de espoliação, expropriação ou exploração, a própria natureza comunal do valor está negada pela formação social, assentada na opressão e dominação, determinando historicamente o *valor* como *capital*.

Nesse caso, a legitimação da violação da ética pelo poder opressivo é positivada em lei, com o direito do *capital produtivo* explorar o trabalho que cria valores de uso, o direito do *capital comercial* explorar o trabalho que faz circular os valores de uso e do *capital financeiro* em explorar o trabalho a ele subordinado na operação do crédito e na circulação de valores. De igual modo, a espoliação financeira do prestatário e a expropriação comercial do comprador ou vendedor ficam legalizadas e protegidas pelo Estado.

O asseguramento dessa dominação e opressão nas formas da lei, é realizado em níveis diversos, com a imposição do direito pelo Estado, exigindo que se cumpram os contratos celebrados entre o capital e o trabalhador, entre o capital e o comprador, entre o capital e o vendedor, entre o capital e o prestatário.

Mercado Mundial

Por fim, no âmbito do *mercado mundial*, simultaneamente local e internacional, onde os *valores singulares de uso* são trocados por *representações universais de valor* – posto que tais representações podem ser intercambiadas entre si nos mercados de câmbio –, determinados signos de valor são impostos por potências imperialistas, para ampliar seus domínios econômicos e assegurar que suas políticas monetárias tenham impactos globais – como no caso do dólar dos Estados Unidos, como veremos na *Seção 2.2*.

Entre outras ações, realiza-se a oferta abundante de crédito num signo de valor no mercado internacional a uma dada taxa de juros, que pode flutuar ou não. Isso amplia necessariamente a demanda posterior da mesma moeda no mercado

mundial, pois os prestatários deverão obtê-la para o pagamento do empréstimo anteriormente contraído, acrescido do juro a ser pago – devendo, pois, restituir-se, nessa mesma moeda, um volume maior de valor que o originalmente recebido. Se não conseguem obtê-la com a venda de valores de uso ou a liquidação de ativos nos mercados, são obrigados a contratar novos empréstimos, que ampliam ainda mais o seu endividamento nessa mesma moeda, para o pagamento do crédito anteriormente recebido. E assim, obrigam-se os prestatários – sejam pessoas físicas, governos ou empresas – cada vez mais endividados, a usar globalmente tal divisa, ainda que não o queiram, pois dela necessitam para abater ou liquidar suas dívidas, contribuindo com isso para mantê-la como a principal mediadora das relações econômicas no mercado mundial.

Para que se tenha uma ideia, em 2018 a dívida mundial, em diferentes moedas, alcançou a 318% do PIB global, ao passo que a dívida de sociedades não-financeiras atingiu a 92% desse produto:

A dívida total dos governos ultrapassou US\$ 65 trilhões em 2018, acima dos US\$ 37 trilhões de uma década atrás [...] // A dívida das organizações não-financeiras subiu para mais de US\$ 72 trilhões [...]. O endividamento das famílias cresceu mais de 30% para US\$ 46 trilhões [...]. // O endividamento do setor financeiro subiu para cerca de US\$ 60 trilhões, um aumento de 10% em relação à década anterior.¹⁷ (Oguh; Tanzi, 2019, tradução nossa).

O processo de espoliação dos governos, famílias e mesmo do capital produtivo e comercial pelo capital financeiro não tem limites, pois o capital mais forte controla, em maior ou menor medida, os Estados e os fluxos de comunicação das grandes mídias, para seguir reproduzindo a sua acumulação de lucros e convencendo a sociedade que isso deve seguir assim. Como veremos na *Seção 2.1.2.d*, a dívida pública dos Estados Unidos corresponde, aproximadamente, a um terço da dívida pública mundial e segue crescendo rapidamente. Por outra parte, se o endividamento das famílias no mundo continuar a crescer como em 2018, em mais uma década ele ultrapassaria a US\$ 70 trilhões. O endividamento global – que subordina os endividados ao capital financeiro sob uma forma de relação

17 No original: “Total government debt exceeded \$65 trillion in 2018, up from \$37 trillion a decade ago [...]. // Non-financial corporate debt rose to over \$72 trillion last year [...]. // Household debt grew by over 30 percent to \$46 trillion [...]. // Financial sector indebtedness rose to about \$60 trillion, up 10 percent from a decade earlier”.

social que, metaforicamente, pode ser caracterizada como uma nova modalidade de “*escravidão por dívida*” – é uma das fendas sistêmicas do capitalismo a ser explorada pela economia de libertação, como veremos no Capítulo 8.

Mercados Locais

Nos mercados locais, por sua vez, as populações ficam subordinados ao sistema de intercâmbio que lhes exige a moeda convencionada nos contratos do capital como signo de valor requerido para obter os meios de consumo de que necessitam. Por outra parte, os explorados diretamente pelo capital ou os excluídos, na condição de desempregados, estão impedidos de poder gerar o valor econômico que atenda às necessidades de suas comunidades de forma autônoma, porque não possuem os meios necessários para isso. E o único modo de obter esses meios no sistema de intercâmbio do capital é com o emprego dos signos de valor que eles também não têm. E para obtê-los, para tal investimento, deveriam tornar-se devedores desse mesmo signo de valor, junto ao capital de crédito, num montante crescente, segundo uma dada taxa de juros. E, assim, no âmbito do mercado, a possibilidade dessas pessoas, nessa condição subordinada, explorada ou excluída, escaparem da dependência desse fluxo de signos de valor, sobre o qual não têm controle, é cada vez menor.

Signos de Valor e Circuitos Econômicos Solidários

Concluindo, podemos dizer que a economia de libertação analisa semioticamente o processo de exploração, expropriação, espoliação, privação e exclusão econômicas nos circuitos econômicos do capital, com vistas a compreender as semioses do valor, determinado como capital no processo de sua metamorfose. Com base nessa compreensão, ela investiga como desenvolver a reorganização de fluxos econômicos, que é necessária tanto à *libertação das forças produtivas*, para a criação de valores singulares de uso, quanto à *libertação das forças de intercâmbio*, para a circulação de valores particulares de troca, como também à *libertação das forças de crédito*, para o creditamento de valores mediante a sua representação universal em signos de valor, e, por fim, à *libertação econômica das pessoas e comunidades humanas*, para o bem-viver de todos, com a produção, intercâmbio, creditamento, apropriação, uso, aplicação e consumo dos valores

econômicos, superando a alienação das pessoas e comunidades humanas nessas ações.

É para alcançar a realização desses objetivos estratégicos que são organizados os *circuitos econômicos solidários*, com seus três catálogos de compras, trocas e dádivas. Tais circuitos possibilitam a transição dos fluxos econômicos por essas modalidades de obtenção, suprimindo a alienação nas ações de intercâmbio e de representação do valor, ao explicitar a realidade do valor econômico em sua dimensão histórica – em sua criação, perduração e representação – e ao possibilitar que as comunidades consigam efetivamente organizar-se em função de suas necessidades e potencialidades de libertação econômica, com o estabelecimento de seus planos de consumo e de ofertas, seus catálogos de intercâmbio e seu fundo de crédito solidário.

A libertação das dívidas contraídas junto ao capital de crédito – com recursos dos fundos de crédito solidário que permitem liquidá-las – e a expansão de ofertas nos catálogos de trocas e de dádivas, cobrindo pouco a pouco as necessidades do consumo final e produtivo dos participantes nos circuitos econômicos solidários, corresponde progressivamente ao fim da dependência dessas comunidades em relação aos signos de valor exigidos pelo capital financeiro, nos circuitos econômicos do capital, para a obtenção dos bens e serviços requeridos à satisfação das suas necessidades.

A estratégia de libertação das dívidas, como veremos nos *Livros 3 e 4*, deve ser adequadamente formulada para expandir o volume de transações no catálogo de dádivas e de trocas e para preservar os investimentos em libertação de meios de produção e de intercâmbio, pois, do contrário, ela poderia se converter apenas num fluxo líquido de valores dos circuitos econômicos solidários para os circuitos econômicos do capital.

1.2.8. Aspecto Histórico

Todos os seres humanos têm inúmeras necessidades por satisfazer e dependem de inúmeros meios para expandir as suas liberdades. Mas, como, individualmente, não podem produzir, por si mesmos, os valores de uso requeridos à satisfação de todas as suas necessidades e à sustentação e expansão de suas liberdades, eles cooperam entre si com esse fim, desenvolvendo complexas relações sociais e os meios de sua realização, tais como, linguagens, meios econômicos (de produção, intercâmbio, crédito e consumo) e funções sociais. Eles desenvolvem, ao mesmo

tempo e em dialética relação, as *forças produtivas* e as *necessidades humanas*. A história da constante humanização de nossa espécie é marcada pela cooperação, imposta ou solidária, entre pessoas e grupos, transformando pela práxis o ambiente e a si próprios, desenvolvendo suas necessidades e os meios de atendê-las.

A compreensão da realidade econômica requer, portanto, uma abordagem histórica do desenvolvimento das necessidades humanas, das forças e relações sociais de produção, de intercâmbio e de crédito, dos modos de produzir, obter, apropriar, usar, aplicar, consumir, creditar e representar valores econômicos, em suas realizações singulares, particulares e universais, conforme as peculiaridades de cada etapa do processo do valor, para a sua compreensão como um todo.

A aplicação tecnológica dos conhecimentos desenvolvidos na interação do indivíduo com a sociedade – resultante da investigação sobre as forças naturais e sociais e sobre a produção de instrumentos que permitem convertê-las em poder econômico –, viabilizando ampliar a magnitude das forças produtivas e de circulação, possibilitam ao trabalho produzir mais do que o requerido para atender ao conjunto das necessidades sociais, exigindo-se, sempre, menos trabalho vivo ocupado para produzir e fazer circular um mesmo volume de valores de uso.

Essa progressão da magnitude do volume produzido, alcançada pelo desenvolvimento de *forças produtivas* – mediadas, entre outros fatores, por trabalho, conhecimento, meios tecnológicos adequados e organização social –, conduz, igualmente, ao desenvolvimento de novas necessidades humanas e de novos meios para atender às necessidades anteriormente existentes.

Contudo, os *excedentes* gerados pelo trabalho, que se ampliam com o desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade, desde os tempos mais remotos, podem ser apropriados de maneira muito diferenciada no seio da sociedade, segundo a *formação social* existente, que mantém em operação os modos de produzir, obter, apropriar, usar, aplicar e consumir o que resulta do trabalho ou de creditar e representar o que resulta dos compromissos de intercâmbio econômico.

Pois a economia pode ser organizada tanto para a *libertação* dos seres humanos, produzindo e distribuindo a abundância de meios de uso que resultam de sua práxis, com a libertação das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito, com a distribuição da riqueza para livre apropriação e geração de tempo livre para o bem-viver de todos, quanto para sua *dominação*, mantendo o desenvolvimento das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito subordinadas à lógica da escassez, com a acumulação privada do excedente, que embora seja produzido pelo trabalho é apropriado privadamente pelos membros da classe que controla os

meios de produção, de intercâmbio de mercadorias e do crédito monetário. Sob a sociedade capitalista, o desenvolvimento das forças de produção, de intercâmbio e de crédito pode significar o aumento da intensidade da exploração do trabalho ocupado e a geração de um tempo de não-trabalho, isto é, de desemprego, como resultado da exclusão econômica laboral.

Uma compreensão básica das relações econômicas exige considerá-las pelo menos sob quatro aspectos: o *modo de produção* dos meios econômicos; o *sistema de intercâmbio* desses meios; o *sistema de crédito* do valor, que possibilita a existência de signos de valor que tanto substituem os meios econômicos no processo de sua circulação quanto possibilitam a liberação e o entesouramento do valor; e a *formação política e social do arranjo de poder da sociedade* como um todo, que mantém as relações econômicas operando sob o exercício mesclado de consensos e de coerção no uso da força por meio do Estado, em sua relação com o poder público da sociedade civil.

Tal análise deve evidenciar como essas relações se organizam, contraditoriamente, como formas políticas de dominação de classe ou podem ser superadas em formas sociais de libertação do conjunto da sociedade. Pois a cooperação na atividade econômica tanto pode ser imposta, como forma de dominação, como pode ser eticamente realizada, de maneira colaborativa e solidária, como forma de libertação.

O grau de libertação ou de dominação, reproduzido por essas formações sociais, pode ser analisado considerando-se como os fluxos materiais, de poder e de conhecimento servem aos diferentes atores sociais e o modo como tais fluxos são eticamente organizados ou não – respectivamente, em proveito das liberdades públicas e privadas de todos ou na limitação das liberdades da maioria para a expansão não-ética das liberdades dos proprietários e controladores do capital.

Analisaremos em detalhe essas particularidades nos *Livros 4 e 5*.